



Libermos a ONU da captura corporativa



**Amigos
da Terra**
Internacional



Liberemos a ONU da captura corporativa

Amigos da Terra Internacional é uma federação internacional composta por diversas organizações ambientalistas de base, com mais de 2 milhões de membros e apoiadores ao redor do mundo. Desafiamos o atual modelo econômico e a globalização corporativa e promovemos soluções que ajudarão a criar uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa.

Nossa visão é de um mundo pacífico baseado em sociedades vivendo em harmonia com a natureza. Visamos uma sociedade de povos vivendo interdependentes com dignidade, totalidade e realização, onde a equidade e os direitos humanos e dos povos são cumpridos.

Esta deve ser uma sociedade construída com soberania dos povos e participação. Será fundada na justiça social, econômica, ambiental e de gênero e livre de todas as formas de dominação e exploração, como o neoliberalismo, globalização corporativa, neo-colonialismo e militarização.

Nós acreditamos que o futuro de nossas crianças será melhor por causa do que fazemos.

Amigos da Terra conta com grupos na: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Bélgica (Flanders), Bolívia, Brasil, Camarões, Canadá, Chile, Chipre, Colômbia, Coreia, Costa Rica, Croácia, Curaçao, (Antilhas), Dinamarca, El Salvador, Escócia, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Filipinas, Finlândia, França, Geórgia, Gana, Granada (Índias Ocidentais), Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Hungria, Indonésia, Inglaterra/Gales/Irlanda do Norte, Irlanda, Itália, Japão, Latvia, Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia (antiga República da Iugoslávia), Malásia, Malawi, Mali, Malta, Maurício, México, Moçambique, Nepal, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Palestina, Papua Nova Guiné, Paraguai, Polônia, Perú, República Checa, Serra Leoa, Sri Lanka, Suazilândia, Suécia, Tanzânia, Timor Leste, Togo, Tunísia, Ucrânia, Uganda e Uruguai.

(Por favor contate a Secretaria Internacional de FoEI ou acesse www.foei.org para contatar os grupos nacionais)

Disponível para baixar aqui: www.foei.org

Autores e colaboradores estão listados no final do documento

Secretaria de Amigos da Terra Internacional

P.O. Box 19199
1000 GD Amsterdam
The Netherlands
Tel: 31 20 622 1369
Fax: 31 20 639 2181
www.foei.org

ISBN/EAN: 978-90-812370-0-0

Copyright (cc) 2012, Amigos da Terra Internacional, Amsterdã, Holanda - Creative Commons Attribution –NonCommercial –Share Alike 3.0 Netherlands Licence.

Você é livre para compartilhar e utilizar essa publicação somente para fins não comerciais e sob condição de atribuir a Amigos da Terra Internacional a autoria.

Conteúdo

Retome a ONU da captura corporativa

Introdução	4
Introdução	
Economia Verde	9
Esverdeando a economia global	
SE4ALL	13
Energia Sustentável para todos – enfrentando a pobreza em energia global ou promovendo o greenwash?	
IFAD	17
Fundação Gates e a ONU: promovendo os interesses das empresas em nome do combate a pobreza alimentar	
CDB	20
Influência corporativa na convenção de diversidade biológica: biodiversidade a venda	
Política Para Água	24
Direitos Universais por água abaixo: influência das empresas na Política para Água da ONU	
Pacto Global	28
O Pacto Global – ligado por cordas muito finas	
Referências	31

Introdução

Introdução

2012 marca o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCED - Conference on Environment and Development), também conhecida como Eco 92. A Eco 92 faz 20 anos, e o mundo se acha a beira do precipício. As vidas e meios de subsistência de milhões de pessoas estão sendo devastados pelos impactos das mudanças climáticas, pela crise econômica e financeira global, pela recente crise alimentar e pela devastação ambiental em curso.

A ONU é a instituição global mais democrática e apropriada para abordar essas questões e deveria proporcionar o melhor fórum para negociações. Ao todo 192 países de todo o mundo estão incluídos, com cada país tendo igual voz, ao menos em teoria. É claro que ainda existem desequilíbrios, falta de transparência, recursos insuficientes e participação desigual. Entretanto, a ONU ainda é o fórum multilateral mais democrático que o G8 e o G20, por exemplo, ou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, onde os países pobres estão excluídos ou seus interesses estão à margem – (o que mina a legitimidade moral destas agências).

Há, no entanto, preocupações reais com a crescente influência de grandes corporações e grupos de lobby de negócios dentro da ONU. O problema com a conferência da ONU no Rio de Janeiro, não se dá tanto com as negociações em si, mas sim com o que acontece antes, durante e em paralelo a elas. Estamos experimentando um controle corporativo da ONU, já que o grande negócio exerce sua influência de muitas maneiras. Existe uma crescente influência das empresas sobre as posições dos governos nacionais em negociações multilaterais; representantes de empresas dominam certos espaços de discussão na ONU e algumas organizações da ONU; aos grupos empresariais é dado papel consultivo privilegiado; funcionários da ONU vão e voltam do setor privado; e – por último, mas não menos importante – as agências da ONU estão cada vez mais dependentes financeiramente do setor privado.

E uma grande causa de preocupação é o surgimento de uma ideologia entre algumas agências da ONU e seus funcionários que o que é bom para as empresas é bom para a sociedade. Isso se reflete na mudança de políticas e medidas destinadas a abordar o papel das empresas na criação dos vários problemas que enfrentamos, por políticas que visam definir esses problemas nos termos ditados pelo setor corporativo, atendendo as suas necessidades, sem abordar as causas subjacentes das múltiplas crises.

As políticas da ONU, cada vez mais, parecem ter sido desenhadas para apoiar interesses comerciais (e muitas vezes de curto prazo) de certas companhias e setores empresariais, ao invés de servir aos interesses públicos.

Durante a última década - e em particular desde o lançamento do Pacto Global em 2000 – tem havido uma tendência crescente de aproximação entre atores da ONU e atores de grandes grupos corporativos e de lobby, na medida em que o papel da ONU como espaço dos povos é posto em risco. Paradoxalmente, isso tem acontecido com o apoio da ONU - e em especial alguns de seus mais poderosos estados-membros. Buscar grandes empresas multinacionais – muitas delas com um longo histórico de violação de direitos humanos e poluição ambiental como a Dow Química, Coca Cola, Shell, Exxon e Rio Tinto – como patrocinadores principais dos eventos da ONU ou como parceiros em projetos de agências da ONU tem se tornado regra e não exceção.

Exemplos recentes da crescente influência das companhias sobre a ONU incluem o papel crucial desempenhado por um alto executivo do Banco Alemão¹ na elaboração do “Relatório sobre Economia Verde do PNUMA” antes da Rio +20 e desenvolvendo “A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade” (TEEB) na Convenção de Diversidade Biológica da ONU (CDB)². Em abril de 2012, a portas fechadas uma conferência das indústrias ocorreu na Holanda, com foco na agenda da “economia verde”³ - com o apoio da ONU e alguns estados-membros e anunciada como “Consulta de Negócios e Indústria com Governos e Sociedade Civil”. Governos não mais consultam empresas, empresas consultam com governos. O Prêmio anual *World Business and Development*⁴ (a ser apresentado um dia antes da abertura da Rio+20 em junho) revela outro exemplo da captura corporativa, organizada pelo PNUD em parceria com a Câmara Internacional de Comércio (que tem um histórico de fazer lobby contra medidas favoráveis ao meio ambiente e ao clima), proporcionando uma grande oportunidade para o “greenwash”.

Essa mudança, com a ONU cada vez mais suprimindo as demandas dos interesses das corporações, não apenas desvia a ONU de enfrentar as causas dos problemas ambientais, sociais e econômicos, mas também é prejudicial aos esforços em honrar sua missão em ser o espaço do povo, proporcionando o fórum para as discussões multilaterais. Os muitos exemplos da captura corporativa são prejudiciais ao bom trabalho realizado em muitas agências

da ONU e seus funcionários em todo o mundo para a proteção e capacitação de pessoas. Permitir que isso ocorra é colocar em risco a credibilidade e a integridade tanto da ONU como de seus estados-membros. Na verdade, essa ameaça mina a missão de todo o sistema ONU e precisa ser parado

Para fazer jus aos princípios de sua carta de fundação, que começa com as palavras “Nós os povos das Nações Unidas”, A ONU (e seus estados-membros) devem ouvir as vozes dos povos e os interesses das corporações devem retirados.

Captura corporativa e da elite nas políticas de tomada de decisão

Amigos da Terra Internacional está publicando *Liberemos a ONU da captura corporativa* ajudando a esclarecer o que consideramos ser uma questão fundamental subjacente à falta de responsabilidade governamental para com os cidadãos comuns sobre as questões mais prementes enfrentadas hoje. Nas áreas de mudança climática, alimentação e agricultura, biodiversidade, direitos humanos e além, as posições governamentais têm sido cada vez mais invadidas por interesses corporativos ligados as indústrias poluidoras e indústrias buscando lucrar com o meio ambiente, o clima e a crise econômica e financeira.

Nós apresentamos uma série de casos que claramente expõem como as políticas da ONU e suas agências têm

sido excessivamente influenciadas pelo setor corporativo. Também mostramos como isso prejudica a capacidade da ONU em resolver os vários problemas que tem como tarefa, removendo sua vontade em abordar o papel das corporações na causa de muitos problemas ambientais, sociais, alimentares e econômicos que o mundo enfrenta hoje. Pelo contrário, tudo isso resulta nas novas políticas da ONU que principalmente beneficiam os mesmos atores corporativos que criaram os problemas em primeiro lugar.

- Antes da Conferência da **Rio+20**, a ONU tem trabalhado muito próxima das grandes empresas desenvolvendo e promovendo o conceito de “**Economia Verde**” as custas do desenvolvimento sustentável. Este conceito, que tem uma abordagem baseada no mercado para proteger o ambiente natural, tem sido fortemente promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e apoiado pelo Banco Mundial, Comissão da União Européia e crucialmente pelo grande negócio. O negócio está sentando no banco do motorista quando os relatórios influentes da ONU são escritos, e em parceria com as agências da ONU recebem consultas e conferências, e alimentam-nos com recomendações para a agenda do Rio de Janeiro. Não é surpresa que então, a indústria é vista como a solução para os problemas ambientais globais, ignorando o papel que jogam as grandes corporações em criar as atuais múltiplas crises.
- A Iniciativa **Energia Sustentável** para Todos (SE4ALL, Sustainable Energy for All), foi lançada pelo Secretário Geral da ONU Ban Ki-Moon em novembro de 2011, apoiado pelo Ano Internacional para Energia Sustentável (2012). Ela estabelece como objetivo enfrentar dois desafios globais de acesso a energia e mudanças climáticas promovendo, como o nome sugere, energia sustentável para todos. No entanto o que constitui “energia sustentável para todos” e como isso pode ser alcançado, está sendo decidido por um grupo irresponsável, e escolhido a dedo, dominado por representantes de corporações multinacionais e de interesses em combustíveis fósseis, praticamente sem nenhum envolvimento com ou tendo consultado a sociedade civil global. Ao invés de enfrentar as mudanças climáticas e a pobreza global em energia, a iniciativa arrisca permitir o “greenwash” e amarrar países em desenvolvimento a energias sujas, caras, insustentáveis e destrutivas.



Introdução

- Apoio para a **agricultura e política alimentar**, também parece estar comprometida com ligações corporativas. O Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola da ONU (FIDA), que supostamente trabalha pelos interesses dos mais pobres, tem um acordo especial com a Fundação Bill e Melinda Gates. A Fundação Gates está muito ligada a multinacionais como Monsanto e DuPont, que promovem falsas soluções para a crise alimentar como os organismos geneticamente modificados e a confiança na biotecnologia.. Além de aumentar os benefícios corporativos, essas tecnologias colocam em perigo o direito dos povos ao acesso a comida. Aconselhado por outros órgãos da ONU e *experts* como o comitê da FAO para a segurança alimentar e o Relatório especial pelo direito a comida, Olivier de Schutter, parece ser ignorado.
 - Sobre a questão da **biodiversidade** a Convenção de Diversidade Biológica (CDB), está cada vez mais dirigida para uma abordagem baseada nos mercados através dos atores corporativos. O raciocínio é que a proteção ambiental será mais bem alcançada colocando-se valor monetário na biodiversidade, e assim poderá ser negociada pelas empresas. Para simplificar a questão, a destruição de um ecossistema por uma empresa, poderá ser justificada, se esta empresa investir recursos na proteção de outro ecossistema. O envolvimento das companhias é comemorado pelos governos e órgãos da ONU, como o PNUMA, cujo endosso fornece às corporações um ganho com o esverdeamento de sua imagem. Ao mesmo tempo, essas empresas são capazes de escapar, ignorando as regulamentações nacionais e internacionais, e não sendo obrigadas a desenvolver um comportamento mais sustentável em termos de uso de recursos naturais. Na verdade, esse fácil acesso fornece às empresas uma bem vinda oportunidade de influenciar a agenda política e de proteger seus interesses – não na conservação da natureza, mas assegurando seu acesso aos recursos naturais, e em garantir que seu modelo de negócio não será ameaçado pela introdução de novas regulamentações ambientais, maximizando lucros e limitando os custos.
 - **Política para água** fornece outro exemplo ilustrativo de como os interesses do setor privado estão ativos no âmbito da ONU, cada vez mais se busca tornar a água um negócio com fins lucrativos, conduzindo propostas que tratam a água como produto a negociar. Isso criaria mais oportunidades para as empresas de buscarem lucro, enquanto privam as pessoas de seu direito universal à água e colocam em risco o acesso a água e saneamento básico para milhões de pessoas em todo o mundo. Soluções propostas para os resultados da Rio+20 poderiam tornar a água um bem negociável, comprado e vendido por empresas, tornando –se um produto comercial sem considerar os riscos relacionados as pessoas e ao ambiente. Até no mais alto nível da ONU pode ser vista a influência das corporações sobre a política para água, do Conselho Consultivo do Secretário da ONU para Água e Saneamento ao Mandato dos líderes empresariais para água, e nos projetos relativos à água apresentados pela ONU aos parceiros – os quais defendem a privatização da água. Sendo os presidentes executivos das maiores multinacionais da água
 - O **Pacto Global da ONU** afirma ser a maior iniciativa corporativa do mundo em sustentabilidade, mas é de natureza voluntária e não tem transparência. As empresas que se inscrevem não são obrigadas a agir de acordo com os princípios fundadores do pacto, e não existem sanções atreladas ao seu não cumprimento. Até agora nenhuma empresa foi punida por violar o Pacto e, as queixas da sociedade civil em relação a violações de direitos humanos por parte das companhias têm sido negadas. Como resultado, o Pacto permite às companhias melhorar sua imagem, usando de forma indevida a bandeira da ONU, em seu próprio benefício (“bluewashing”, ou azulamento), e ainda falham em aplicar as reais melhorias na conduta do seu negócio. A alta estima que o Pacto possui dentro da ONU confere às corporações privilégios de acesso a governos, permitindo-lhes influenciar os tomadores de decisão e argumentar com sucesso contra normas ambientais e outras regulamentações que responsabilizem as empresas por seus abusos.
- A Rio+20 deveria levar à transição para uma sociedade mais justa e sustentável. Isso exige uma transformação radical das economias nacionais e do sistema econômico global, deixando a dependência dos combustíveis fósseis, o superconsumo, indústrias poluidoras, exploração, violação de direitos humanos, agricultura industrial e, sistemas de comércio global que estimulem a liberalização dos mercados. Entretanto, tal transformação ameaça os interesses das elites nacionais e internacionais, e de

empresas nacionais e multinacionais – tendo todas elas interesses em manter o status quo e as oportunidades promovidas pela chamada economia verde. Isto explica porque poderosos órgãos corporativos – como a Câmara Internacional de Comércio (CIC), o Conselho Empresarial Mundial para Desenvolvimento Sustentável (CEMDS), a Federação Internacional das Operadoras Privadas de Água (Aguafed), CropLife Internacional, ou a Associação Mundial do Aço dentre outros – são parceiros da ONU, como representantes oficiais da indústria e negócios no processo da Rio +20, como parte da Ação Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BASD)⁵. Tendo permissão para influenciar na decisão política, tais grupos estão pressionando os governos a resistir aos apelos urgentes para uma drástica transformação das economias, entretanto, essa transformação é essencial para diminuir as emissões de gases efeito estufa de maneira equitativa, e para salvar guardar a biodiversidade, água e recursos terrestres de maneira a respeitar os direitos e os modos de vida dos trabalhadores e das comunidades.

Primeiros passos para encerrar a captura corporativa da ONU

Nessa série de estudos de caso⁶, Amigos da Terra Internacional pretende abrir uma janela para o complexo e altamente oculto mundo da influência corporativa sobre as políticas da ONU. Esperamos que este estudo de casos chame a atenção para o poder dos interesses financeiros e industriais e das corporações multinacionais que investem recursos consideráveis para assegurar que o atual sistema econômico permaneça fundamentalmente inalterado e que assim possa encontrar novas oportunidades de lucrar com as crises.

Há uma necessidade urgente de se tomar uma série de políticas fortes para evitar essa desproporcional influência. Sem a pretensão de ter uma solução pronta para o problema da captura corporativa, Organizações não-governamentais e movimentos sociais, que tem seguido as negociações da ONU nas últimas décadas, concordaram sobre uma série de primeiros passos que urgentemente devem ser tomados a fim reverter essa maré.

Amigos da Terra Internacional, Observatório Corporativo Europeu, Via Campesina, Jubileu Sul/Américas, Paz e Justiça na América Latina /SERPAJ-AL, Instituto Polaris, Conselho Canadense, Instituto Transnacional, Rede Terceiro Mundo, Marcha Mundial das Mulheres, com o apoio de

centenas de organizações da sociedade civil ao redor do mundo, propõem as seguintes medidas⁷:

- A ONU e seus estados-membros devem reafirmar sua prerrogativa de servir ao interesse público. Isso deve reformular os processos de tomada de decisão a fim de assegurar que a sociedade civil tenha um papel mais proeminente e que a indústria tenha sua influência limitada.
- A ONU e os estados-membros devem resistir à pressão exercida pelas corporações, que tem como objetivo obter posição privilegiada nas negociações da ONU:
 - Governos devem parar de instalar novos grupos de discussão (e dissolver os existentes) que conferem as empresas um status privilegiado nas negociações oficiais, como os “Diálogos Mexicanos” em relação às negociações de clima em Cancun em 2010.
 - A ONU e seus estados-membros devem tomar medidas para reforçar a transparência em relação a lobby e assegurar que nenhum grupo empresarial tenha acesso privilegiado na formação das políticas da ONU. Mecanismos da Sociedade Civil. Como no Comitê para Segurança Alimentar Mundial da ONU, poderiam ser tomados como modelo de melhoria na participação direta das organizações da sociedade civil Representantes de empresas não deveriam fazer parte das delegações nacionais envolvidas nas negociações da ONU.
 - O papel do grupo principal de “comércio e indústria” deveria ser limitado. Já que o setor empresarial possui recursos significativamente maiores que outros setores, deve haver limite em sua participação: empresas não poderiam ter mais representantes do que outro grupo principal no processo das negociações multilaterais.
- A ONU deve divulgar todas as relações e ligações com o setor privado.
- Deveria haver a introdução de um código de conduta onde ex-funcionários da ONU, teriam um período de “quarentena”, período pelo qual um ex-funcionário não poderia ir trabalhar em grupos de lobby ou em consultorias de empresas lobistas.
- A ONU não deveria se envolver em nenhuma nova parceria com corporações e associações de comércio e deveria rever todas as parcerias existentes⁸.

Introdução

- A ONU, a serviço do interesse público, deveria monitorar os impactos das corporações sobre as pessoas e o meio ambiente, e estabelecer um quadro juridicamente vinculante das obrigações, tornando as empresas responsáveis sob a legislação ambiental, de direitos humanos e dos direitos trabalhistas. Isso deveria incluir uma obrigação para que as empresas relatem seus impactos sociais e ambientais.

Estes são os requisitos básicos necessários para assegurar que a ONU faça jus a sua missão fundadora de ser o fórum de representação dos povos e da proteção dos seus direitos universais e interesses. Conclamamos os governos a assumir essas preocupações como modo de construir um espaço que responda às necessidades dos povos, e que seja capaz de produzir iniciativas que favoreçam o interesse público e trate adequadamente as múltiplas crises que atingem o mundo hoje em dia.

Economia Verde

Esverdeando a economia global

Resumo

Vinte anos após a primeira Conferência da Terra da ONU, a agenda para a Rio +20 parece ter abandonado o desenvolvimento sustentável em favor da “Economia Verde”. Este conceito, que aborda a proteção do ambiente natural com base no Mercado, tem sido altamente promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e apoiado pelo Banco Mundial, Comissão da União Européia e especialmente pelas grandes empresas.

De fato as grandes empresas se tornaram muito influentes nas discussões da Rio +20, assumindo o comando quando os relatórios influentes da ONU são escritos, como parceiras nas agências da ONU sediando consultas e conferências, e subsidiando recomendações a agenda do Rio.

Como resultado, o Mercado é visto como a solução para os problemas ambientais globais, apesar das provas crescentes que exemplos ocasionais de boas práticas não são suficientes para salvar o planeta, e ignorando o papel das grandes corporações em criar as múltiplas crises atuais. O que precisamos para enfrentar as múltiplas crises é uma ampla reforma no sistema econômico, incluindo uma guinada para as iniciativas genuinamente sustentáveis que colocam o povo e o planeta antes dos lucros das corporações.

Promovendo a Economia Verde

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) tem sido chave no desenvolvimento do conceito de “Economia Verde”. Em fevereiro de 2011, lançou um relatório sobre Economia Verde (GER – *Green Economy Report*) com 700 páginas, argumentando que o meio ambiente pode ser salvo e mais rápido crescimento pode ser alcançado se os governos cortarem os subsídios nocivos (combustíveis fósseis, pesca, etc.) e usarem esses fundos para investir em novas tecnologias. Isto poderia facilitar a transição de uma economia marrom para uma economia verde, afirmava o relatório.

O relatório foi criticado duramente por organizações não-governamentais (Ongs)⁹ porque ele ignora as causas profundas da crise ecológica e coloca ênfase no crescimento econômico, tecnologia e abordagens mercadológicas. Tal ênfase não surpreende considerando o papel do banqueiro Pavan Sukdhev. Sukdhev, porta-voz chefe do relatório, elaborou o relatório enquanto estava de licença sabática do Banco Alemão¹⁰ (um dos maiores negociadores de derivativos no mundo).

O foco em tecnologias é problemático devido ao tipo de controvérsia gerada pelas novas tecnologias promovidas, incluindo incineração de biomassa, biologia sintética e nanotecnologia¹¹. Energia nuclear e organismos geneticamente modificados não são explicitamente endossados, mas se encaixam nessa abordagem.

Enquanto alguns elementos parecem sensíveis como a eliminação de subsídios nocivos ao meio ambiente, a abordagem geral baseada no mercado é falha. Assumindo-se que a natureza deva ser medida e valorizada de acordo com os “serviços” que esta promove (limpeza da água, captura de carbono e outros). Assim os serviços da natureza podem ter preço, compensações e serem negociados pelos mercados, via créditos, similares ao comércio de carbono. Colocar um preço na natureza é a melhor maneira de protegê-la, argumenta o PNUMA. O relatório segue um relatório anterior do PNUMA sobre “A Economia dos Ecossistemas Biodiversidade”¹² (TEEB – *The Economics of Ecosystems and Biodiversity*), publicado na Conferência sobre Biodiversidade da ONU em Nagóia, no Japão no final de 2010, também escrito por Sukdhev.

O enfoque parece ignorar as lições do fracasso no comércio de carbono, a despeito do fato de que o Esquema do Comércio de Emissões Europeu (ETS – *Emission Trading Scheme*)¹³ – o maior mecanismo de mercado de carbono do mundo – falhou em entregar reduções genuínas de emissão de carbono. Em vez disso permitiu as empresas obter lucros massivos fora do sistema, sem modificar seu modo de negócio ou cortar emissões de carbono¹⁴. Deixando a natureza entregue ao mercado as oportunidades das comunidades e dos Estados em proteger os bens comuns fica enfraquecida¹⁵.

O relatório ainda parece confiar plenamente no mercado, apesar da recente crise financeira e econômica. As lições tiradas da falência crônica da desregulamentação e da abordagem com base nos mercados parecem ter sido esquecidas.

Amigos na Comissão da União Europeia

Sukdhev não é apenas popular no PNUMA, ele também possui uma base de fãs na Comissão Europeia¹⁶ e entre governos europeus, tendo palestrado na Semana Verde em junho de 2010 em Bruxelas 2010¹⁷.

Essa atitude ficou evidente quando Janez Potocnik Comissário da União Europeia para o Meio Ambiente

Economia Verde

resumiu o pensamento de muitos funcionários da União Europeia quando disse: “Nós precisamos parar de proteger o meio ambiente dos negócios e usar os negócios para proteger o ambiente”¹⁸.

O Relatório da Economia Verde também é apoiado pelo Banco Mundial¹⁹ e pela Organização Mundial de Comércio (OMC)²⁰.

Por que o conceito de “Economia Verde” do PNUMA é tão popular na Comissão da União Europeia? Em primeiro lugar, se encaixa perfeitamente na estratégia da União Europeia “Europa Global” tornando a natureza e a biodiversidade commodities comerciáveis, aumenta o acesso de empresas europeias a esses recursos. Em segundo lugar, o comércio de créditos de biodiversidade é uma extensão das políticas de mercado do clima no qual a União Europeia se comprometeu em investir.

Ignorando as preocupações do G77

A Economia Verde pode ter se tornado o slogan preferido da União Europeia na corrida até a Rio+20, bem como, dos Estados Unidos, Japão e outros países industrializados, mas países em desenvolvimento e grupos da sociedade civil, têm sérias preocupações. O bloco do G77, formado por países em desenvolvimento, está preocupado que o discurso da Economia Verde substitua a ênfase anterior dada ao desenvolvimento sustentável e a análise dos padrões de produção e consumo, a qual reflete a desigualdade norte-sul²¹. Enquanto algumas críticas de membros do G77 são baseadas em motivos regressivos (como por exemplo, países membros da OPEP estarem insatisfeitos com a promoção de energias renováveis), muitas outras das preocupações são justificáveis.

A abordagem da Economia Verde, com seu foco no crescimento, soluções tecnológicas e mercantilização da natureza, se opõem a muitas propostas de governos latino americanos, que se baseiam numa visão alternativa, na qual



a natureza tem direitos constitucionais. Alguns observadores previram que esse confronto norte-sul, poderia intensificar-se, levando ao mesmo conflito que ocorreu em Copenhague, durante a COP 16, nas negociações sobre clima da ONU.

O papel do PNUMA

O PNUMA tem trabalhado muito próximo da indústria na questão da agenda da Economia Verde antecipadamente a Rio+20. Em abril de 2011 o PNUMA co-organizou o “Diálogo Global do PNUMA, negócios e indústria”²² em Paris, com a Câmara Internacional de Comércio (CIC), um grupo de lobby da indústria. Cerca de 200 representantes de empresas compareceram. A CIC também apresentou comentários detalhados²³ sobre o relatório de Economia Verde, que apoiou, mas insistiu que as definições sobre quais investimentos devem ser considerados verdes foram mantidos muito amplos, sem excluir nenhuma tecnologia (ou seja, nuclear ou biotecnologia). A principal crítica nos comentários da CIC, elaborada por um grupo de trabalho que inclui representantes das companhias petrolíferas como ExxonMobil e Shell, bem como, investidores em areias betuminosas, RBS, foi que havia demasiada ênfase em energias renováveis. Monsanto, BASF²⁴ e Suez²⁵ – todas conhecidas pelo seu pobre histórico ambiental – também estavam envolvidas.

O lobby empresarial

Entre os principais palestrantes da conferência de Paris, estava Chad Holliday, que lidera a Ação Empresarial pelo Desenvolvimento Sustentável 2012 (BASD- *Business Action for Sustainable Development 2012*)²⁶, o mais importante veículo da campanha corporativa na Rio+20. Holliday é o Presidente do Banco da América e ex-diretor executivo da DuPont. A BASD quer fazer lobby, mas também “demonstrar as realizações” das empresas em termos de desenvolvimento sustentável e “garantir que os negócios sejam reconhecidos como provedores de soluções”²⁷.

A BASD e seus grupos membros têm organizado uma série de eventos conjuntos governo-indústria antes da Rio+20. Estes incluíram os “diálogos de alto nível” em Nova Iorque em março e dois dias de consulta em Haia em abril. Os resultados da consulta, realizada em conjunto com o governo da Holanda e o Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos da ONU (UNDESA- *UN Department*

of Economic and Social Affairs) alimentaram o processo de negociação da Rio+20”.

O Conselho Empresarial Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WBCSD – *World Business Council on Sustainable Development*), junto com o PNUMA organizaram uma conferência em Nova Iorque em fevereiro, sobre *Perspectivas de Negócios sobre Crescimento Sustentável: Preparação para a Rio+20*. No final de maio o WBCSD, com a ONU organizou a Conferência Negócio Global para o Meio Ambiente (B4E, Global Business for the Environment) em Berlim, tendo como tema “Concretizando a Economia Verde”, e com uma sessão sobre “Valorização do Capital Natural – um roteiro para a Rio+20”²⁸. Durante a Rio+20, a BASD organizará o Dia do Negócio 2012, descrito como “uma plataforma de alto perfil para interação entre líderes empresariais e quem decide as políticas”²⁹.

A campanha da BASD para a Rio+20 tem sido uma repetição do que ocorreu antes da Rio+10 em Joanesburgo³⁰, descrito pelo então chefe do PNUMA como “o maior comércio justo do mundo”. Mais de 100 executivos de grandes companhias participaram, junto com 600 outros delegados do grande negócio, não somente utilizando a oportunidade para fazer lobby, mas também para colocar na vitrine e esverdear suas atividades, com outdoors em toda Joanesburgo, relatórios lustrosos, exposições e eventos. No centro de convenções a BMW tinha uma Bolha de Sustentabilidade mostrando seus carros movidos a hidrogênio – cinco anos depois a BMW foi central na campanha contra a redução nos limites de emissão de CO₂ para os carros bebedores de gasolina³¹.

A mensagem central foi de que as empresas estavam agindo voluntariamente para resolver os desafios ambientais e que normas governamentais não eram necessárias. A Indústria viu isso como uma “maneira de contornar a intervenção e a regulamentação por parte dos governos”³². Shell, Suez, TEPCO e muitas outras firmas apresentaram exemplos isolados de iniciativas empresariais que nada revelaram sobre o histórico e o impacto dessas companhias. Isto foi um esverdeamento muito efetivo³³ - decepcionante, mas funcionou.

Encorajando parcerias

O impacto dessa estratégia foi ainda mais eficaz porque a Rio+10 teve um grande foco nas parcerias: entre indústria e ONGs, indústria e governos e indústria e agências da ONU. Essas parcerias receberam reconhecimento oficial da ONU.

Economia Verde

A Rio+10 mostrou que a relação entre a ONU e as grandes empresas tinha mudado dramaticamente. Tendo anteriormente visto as empresas com uma distância crítica, a ênfase agora é formar parcerias aumentando a cooptação. Na época o Secretário Geral da ONU Kofi Annan teve papel ativo nesta mudança. Em Joanesburgo, Annan pediu às empresas para abraçar mais parcerias público-privadas argumentando: “Se não o fizermos, estaremos sob pressão e os governos poderão introduzir leis que não são necessárias”.

Isso aconteceu em um momento em que o modelo de globalização estava enfrentando severas críticas por causa da maneira como conduziu ao significativo aumento no poder e na dominação econômica por grandes corporações. Para a ONU, o grande negócio foi também uma maneira de manter no conselho os governos céticos do norte, incluindo os Estados Unidos que ameaçou reter os fundos da ONU.

Essa abordagem tem continuado e existe um grau preocupante de cooptação corporativa, se não captura, das agências chave da ONU. Uma das formas de isso acontecer é através das parcerias, como as mostradas em: www.business.un.org³⁴.

Talvez a mais problemática delas seja o Pacto Global, uma iniciativa corporativa voluntária, levada a cabo por Kofi Annan

e na época pelo diretor executivo da Nestlé Helmut Maucher em 2000.

O Pacto Global ³⁵ é agora um dos três maiores parceiros na BASD 2012, junto com CIC e o WBCSD. O Pacto Global é um escritório da ONU, e também é uma parte ativa na campanha de lobby corporativo para Rio+20. Os limites entre a ONU e as grandes empresas estão cada vez mais tênues.

Conclusão

As grandes empresas têm feito incursões importantes para dentro do sistema ONU. Há uma ênfase cada vez maior nos mercados e nos negócios como a solução para os problemas ambientais. Com base nisso talvez não seja surpreendente que o lobby da indústria está agora a demandar um papel muito mais forte, profundo e formal na tomada de decisões ambientais da ONU. Essas demandas foram expressas mais claramente no contexto das negociações climáticas da ONU e algumas delas já foram implementadas na preparação para a Cúpula do Clima em Cancun³⁶.

Desafiar a cooptação corporativa da ONU deveria ser a prioridade no processo e durante a Rio+20.

SE4ALL

Energia Sustentável para todos – enfrentando a pobreza em energia global ou promovendo o greenwash?

Resumo

A iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL, sigla em inglês) foi lançada pela pelo Secretário Geral da ONU Ban Ki-Moon em novembro de 2011³⁷, apoiada pelo Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos (2012). Seu objetivo central é enfrentar dois desafios globais, o acesso a energia e as mudanças climáticas para prover, como seu nome sugere, energia sustentável para todos. No entanto, o que constitui “energia sustentável” para todos e como isso vai ser alcançado está sendo decidido por um grupo irresponsável e escolhido a dedo, dominado por representantes de corporações multinacionais e interesses do setor de combustíveis fósseis, virtualmente sem nenhum envolvimento ou consulta com a sociedade civil global, incluindo organizações ambientalistas, usuários de energia, cooperativas de energia, e comunidades afetadas.

Como resultado, parece que a agenda SE4ALL não vai entregar a dramática expansão no acesso a energia com controle comunitário e pequena escala de fontes sustentáveis, necessária se quisermos enfrentar a mudança climática e a pobreza global. Ao invés disso, SE4ALL fixou objetivos fracos e vagas definições que permitem que os projetos utilizem energia fóssil e de outras fontes insustentáveis para serem esverdeadas sob pretexto do desenvolvimento sustentável e da diminuição da pobreza; e isso ainda pode por em risco de amarrar países em desenvolvimento a sistemas de energia caros, destrutivos e insustentáveis.

O que o SE4ALL está pedindo?

SE4ALL possui três objetivos específicos que pretendem “mobilizar ações de todos os setores da sociedade” para 2030. São eles:

- Assegurar o acesso universal a modernos serviços de energia,
- Dobrar a taxa de melhoria na eficiência de energia de 1.2% a 2.4%,
- Dobrar a cota das energias renováveis no mix global de 15% para 30%³⁸.

SE4ALL está pedindo comprometimento dos governos, sociedade civil, empresas e finanças para apoiar no alcance das metas. No fim de abril de 2012 a iniciativa lançou uma agenda de ação definindo a forma de como eles acreditam que os objetivos podem ser alcançados³⁹.

Mandato Democrático, responsabilidade e representação

Principais questões sobre o SE4ALL, são mandato básico e prestação de contas do projeto. Iniciado por Ban-Ki Moon em sua gestão como Secretário geral da ONU, não possui conexão formal com nenhum processo multilateral ou convenções. O poderoso grupo de alto escalão – responsável por dirigir a iniciativa e formar conteúdo – foi escolhido a dedo por Ban-Ki Moon em seu escritório⁴⁰ e seus membros são em sua maioria do setor privado, alguns representantes de governos e alguns de agências internacionais⁴¹.

Apesar da composição pouco democrática, falta de prestação de contas, e falta de status multilateral formal, os objetivos do SE4ALL foram incluídos no texto zero da negociação para a Rio+20 e o texto apóia a iniciativa⁴².

Representação Governamental

A representação governamental entre os grupos principais de alto nível do SE4ALL é limitada aos países industrializados – Estados Unidos, União Europeia (através da Comissão Europeia), Rússia – e duas poderosas economias emergentes, Índia e Brasil. Países africanos são representados em sub-grupos, somente através da participação do diretor executivo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD, New Partnership for Africa’s Development); e pequenos Estados insulares, e o grupo dos países pobres e menos desenvolvidos não têm representação.

Interesses Corporativos e de energia suja

O grupo de alto nível tem como representante uma ampla gama de corporações multinacionais e interesses financeiros. Isso inclui representantes de corporações e organizações de investimento que desenvolvem ou produzem tecnologia para energia renovável, como por exemplo, a Agência Internacional de Energia Renovável e a fabricante de turbinas eólicas Vestas. No entanto, um número significativo de representantes está direta ou indiretamente ligado a corporações e organizações ativas na exploração, produção e processamento de petróleo, gás e outros combustíveis fósseis, sendo outros ativos em financiar essas atividades. Muitas dessas companhias estão investindo massivamente no desenvolvimento de combustíveis sujos e pouco convencionais, como – as areias betuminosas e gás de xisto com emissões de CO₂ muito maiores - e estão fazendo forte lobby contra medidas efetivas para redução das emissões de

SE4ALL

gases de efeito estufa. Tais práticas contradizem fortemente os objetivos do SE4ALL de dobrar a quota de energia renovável.

Representantes da companhia estatal de eletricidade da África do Sul e a maior produtora de energia na África, Eskom; a maior concessionária de energia da América Latina, a companhia brasileira Eletrobrás; a companhia Norueguesa de petróleo e gás, Statoil; e a Energia Duke, uma multinacional americana altamente envolvida com carvão e ativa nos Estados Unidos, no Canadá e na América Latina, estão entre as principais integrantes do grupo de Alto Nível. O diretor geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) também está no grupo, ao lado de Mark Moody-Stuart, Presidente da Fundação para o

Pacto Global da ONU e antigo CEO da Royal Dutch Shell, e John Browne, antigo diretor executivo da British Petroleum (BP) e atual diretor-gerente da Riverstone Holdings, uma empresa de capitais de investimento especializada em maximizar o retorno de investimentos no setor de energia. E o grupo e si é presidido por Charles Holliday, antigo ex-diretor da DuPont e atual CEO do Banco da América, o terceiro maior investidor em carvão do mundo.

Representação da Sociedade Civil

Em contraste com a forte participação das empresas, existe apenas um representante da sociedade civil independente entre os participantes do grupo de Alto Nível – Sanjit Bunker Roy da Universidade de Barefoot College na Índia. Usuários de energia, cooperativas de energia, organizações



Apresentação do carro concebido da BMW movido a hidrogênio no museu da companhia em Munique, Alemanha.

© (cc) Alexander Grollin

representando pessoas sem acesso a energia, cooperativas de pequena escala, organizações ambientais, do trabalho, comunidades afetadas pela extração e processamento de energia suja e povos indígenas não estão representados.

Os esforços através de campanhas de organizações pressionando o SE4ALL para ampliar a participação da sociedade civil e para facilitar o processo de consulta da sociedade civil para obter informações sobre o trabalho do SE4ALL tem sido ignorado, apesar dos pedidos formais para aumentar a representação⁴⁴.

Priorizando os lucros para os negócios

SE4ALL enxerga o setor privado como um ator chave para alcançar e financiar suas metas, com governos e sociedade civil tendo papel de facilitadores. A iniciativa almeja “mudar o jogo” possibilitando o acesso à energia através da união entre atores governamentais e empresas, para introduzir novas parcerias público-privadas, construídas através do “diálogo construtivo.... no desenvolvimento de mercado”. A Agenda de Ação apenas identifica um modelo para alcançar as metas: o modelo empresarial. As comunidades são excluídas e não passam de meras receptoras dos serviços de energia, a não parceiros e certamente não provedores de suas próprias necessidades em energia.

Essa iniciativa não tem como modelo satisfazer as necessidades daqueles sem acesso a energia limpa, acessível e sustentável ou proteger o planeta, não ser alcançar resultados que satisfaçam as necessidades empresariais, seja através – da criação de novos mercados, onde as empresas podem gerar altos lucros independente de haver ou não pessoas que possam acessar os serviços de energia fornecidos.

Apresentando a iniciativa em uma conferência no Colorado em 2011, Ban-Ki Moon disse: “Existem enormes oportunidades de negócio para aqueles que estiverem preparados para estabelecer uma moderna, eficiente rede de geração e distribuição de energia. Alguém vai fazer isso. A questão é: quem será o primeiro? E quem irá lucrar mais?”⁴⁵

Em fevereiro de 2012, a Fundação da ONU organizou uma consulta em Bruxelas, incluindo companhias altamente poluidoras como a BP, Dow, Shell, e Statoil. Para desenvolver novas oportunidades de mercado, as companhias assinalaram que “necessitam trabalhar lado a lado dos governos no desenvolvimento de incentivos ao mercado, e reduzir risco políticos e regulatórios”⁴⁶.

Regulamentação, em padrões ambientais, por exemplo, são vistos como “riscos regulatórios”.

Energia sustentável para todos?

A natureza do problema do processo SE4ALL – incluindo a falta de responsabilidade democrática, o desproporcional envolvimento de corporações multinacionais e interesses do setor de combustíveis fósseis, fraca participação e consulta a sociedade civil– se reflete na significativa debilidade dos objetivos da iniciativa e algumas questões fundamentais com suas prioridades e ênfases em geral. Esses problemas incluem:

1. Objetivos não são proporcionais a mudança da crise climática

Os objetivos declarados são fracos demais para resolver os problemas prementes globais da mudança climática e da pobreza ligada a falta de acesso a energia:

- SE4ALL pretende **duplicar a quota de energia renovável no mix global** de 15% para 30% até 2030. Isso não vai levar a uma dramática redução nas emissões de energias com base em combustíveis fósseis necessárias para deter a mudança climática e evitar pontos de ruptura⁴⁷.
- SE4ALL tem como objetivo **duplicar a taxa global de melhoria na eficiência energética** de 1.2% para 2.4%, essa melhoria foi identificada como deficiente pela Agência Internacional de Energia⁴⁸.

2. Esverdeando e bloqueando a energia suja

SE4ALL resolveu não definir energia sustentável, ao invés de deixar cada país decidir. Isso permite que as corporações tragam falsas soluções como a avançada tecnologia em combustíveis fósseis e promovam – na como sustentável ou verde. Além disso, a definição de energia sustentável permite fontes altamente destrutivas e insustentáveis de energia como, agrocombustíveis e hidroeletricidade em larga escala a serem apresentadas como potenciais soluções em energia⁴⁹. O co-presidente Charles Holliday recentemente anunciou que o seu Banco da América e o Banco Mundial estão planejando roteiros de biocombustíveis em 10 países do sul sob o SE4All, entretanto a secretaria nega essa informação.⁵⁰

Em Gana (o primeiro país em desenvolvimento a se engajar no SE4ALL) está se desenvolvendo um plano de ação

SE4ALL

nacional para incrementar a energia renovável, mas sob o plano, muita da energia será fornecida por fontes não-renováveis com gás liquefeito de petróleo (GLP)⁵¹. E uma das iniciativas sinalizadas para possível inclusão na Área do Plano de Ação de Energia do SE4ALL é a Cidade para Energia Atômica e Renovável do rei Abdykkag na Arábia Saudita⁵².

No evento do SE4ALL organizado pela missão norueguesa da ONU para discutir “o papel das soluções privadas em assegurar a Energia Sustentável para Todos e o papel dos investimentos públicos em estimular essas soluções”, a companhia de biotecnologia Novozymes alegou que a biotecnologia poderia fazer produtos de consumo mais ambientalmente amigáveis⁵³.

As corporações estão tirando vantagem do SE4ALL para lucrar com a crise climática usando-a para promover tecnologias insustentáveis ligadas a destruição ambiental e abuso de direitos humanos.

3. Ênfase excessiva no setor financeiro

Por fim, a iniciativa possui uma ênfase enorme em alavancar o setor financeiro privado para expandir o acesso a energia. Historicamente, a expansão da energia era feita com subsídios Estatais⁵⁴. Em contraste, as experiências com fontes de financiamento privado com mitigação em mudança climática apresenta dados extremamente pobres em benefícios sociais e ambientais e a uma real transição para uma sociedade mais sustentável.⁵⁵

A ênfase do SE4ALL no setor financeiro privado para fornecer acesso amplo a energia significa:

- Rentabilidade, não metas de desenvolvimento, será o fator principal a influenciar a tomada de decisão sobre os projetos – o que pode ter potenciais impactos nocivos para o ambiente e a sociedade.
- A responsabilidade do Estado em promover bens públicos como o acesso a energia, será passada ao mercado, diminuindo a responsabilidade democrática.
- O papel do setor público estará limitado a auxiliar, e alavancar o setor financeiro privado, carregando o risco do investimento, enquanto as companhias privadas lucram, aumentando a probabilidade de os governos, uma vez mais, terem que resgatar o setor privado com o uso de fundos públicos.

Conclusão

Ao conferir às pessoas ligadas ao setor de combustíveis fósseis e ao atual modelo energético insustentável, tamanho protagonismo, essa iniciativa está fadada ao fracasso em enfrentar dois desafios globais o acesso a energia a mudança climática. Na prática o SE4ALL está subordinando esses objetivos a oportunidades de lucro para as empresas, e abriu a porta a todo tipo de projeto energético, sujo, destrutivo, e insustentável, além da infraestrutura que mais contribuirá para as perigosas mudanças climáticas. O SE4ALL parece estar no caminho de promover pouco mais que um verniz sustentável para algumas das tecnologias em energias mais destruidoras social e ambientalmente disponíveis hoje, enquanto ignora as vozes das comunidades afetadas e pobres em energia, permitindo ao setor privado e corporações multinacionais em particular, decidir quais são suas necessidades e o melhor jeito de satisfazê-las.

IFAD

Fundação Gates e a ONU: promovendo os interesses das empresas em nome do combate a pobreza alimentar

Resumo

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD – International Fund for Agricultural Development) é uma agência da ONU, estabelecida em 1977 e dedicada à erradicação da pobreza rural em países em desenvolvimento.⁵⁶

A Fundação de Bill e Melinda Gates, uma organização filantrópica criada pelo fundador da Microsoft, Bill Gates, comprometeu 1.5 bilhões de dólares para desenvolvimento internacional da agricultura nos últimos sete anos, incluindo 155 milhões em co-financiamento para projetos apoiados pelo IFAD.⁵⁷ Mas as ligações da Fundação com o agronegócio e seu forte comprometimento em trabalhar com as multinacionais dos alimentos, com um histórico ruim em relação a meio ambiente e direitos humanos, fez crescer dúvidas sobre o seu papel.

O IFAD e a Fundação Gates trabalham muito próximos. Em fevereiro de 2012, Bill Gates lançou uma nova parceria com o IFAD, que foi proposto para ajudar pequenos agricultores.⁵⁸ Entretanto, a parceria está fortemente promovendo companhias privadas como a Dupont⁵⁹ e ramificações de organizações como a CropLife Internacional. Ao que parece irá meramente promover oportunidades para as corporações do agronegócio fortalecerem suas posições na África. Dentre outros projetos a Fundação Gates, que possui ações da Monsanto, permitiu a Cargill introduzir soja geneticamente modificada na África, não abordando os estragos sociais e ambientais causados pela agricultura intensiva. Assim, a cooperação com a Fundação Gates irá minar o mandato do IFAD em promover os interesses dos pobres das áreas rurais.

Os parceiros

IFAD

O objetivo do IFAD é “empoderar a mulher e o homem do meio rural em países em desenvolvimento para alcançar maiores retornos e melhorar a segurança alimentar”⁶⁰.

As prioridades do IFAD incluem reduzir pela metade a fome e os extremamente pobres até 2015, como estabelecido nas Metas de Desenvolvimento do Milênio.⁶¹

A Fundação Gates

A Fundação Bill e Melinda Gates⁶² iniciou em 1994 e “trabalha para ajudar as pessoas a terem vidas saudáveis e

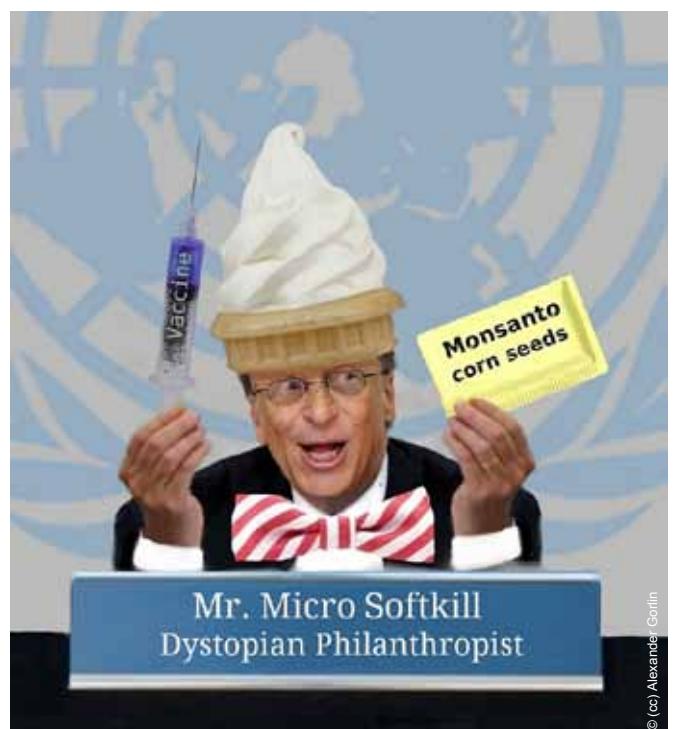
produtivas”. Apóia trabalhos em países em desenvolvimento, e tem foco particular em projetos de agricultura na África. A estratégia das doações é dirigida pelos co-presidentes Bill e Melinda Gates, junto com o administrador e doador Warren Buffett.^{63 64}

Em janeiro de 2007, uma investigação feita pelo Los Angeles Times encontrou que a Fundação havia investido uma significativa porção de seus fundos em corporações responsáveis pelos problemas que eles almejam resolver, e este comportamento poderia ser explicado pelas isenções fiscais que beneficiam a fundação como resultado de suas doações.⁶⁵

A investigação apurou que a Fundação Gates fez investimentos nas companhias com pior classificação entre poluidoras nos Estados Unidos e Canadá, incluindo ConocoPhillips e Dow Química Co.⁶⁶

Fundação Gates e a AGRA

Em 2006, as Fundações Gates e Rockefeller conjuntamente fundaram a Aliança pela Revolução Verde na África (AGRA – *Alliance for Green Revolution in Africa*), para promover o que descreve como expressivas mudanças no sistema agrícola.⁶⁷



Isso inclui os 150 milhões de dólares para um programa de cinco anos para desenvolver o Sistema de Sementes da África (PASS - *Programm Africa's Seed System*), pretendendo “transformar o sistema de sementes na África”, estabelecendo “pequenos negociadores nos vilarejos, criando um canal para sementes, fertilizantes e outros insumos agrícolas”.⁶⁸ O programa AGRA é apoiado pelo IFAD, bem como, possui vários governos doadores.⁶⁹ O conselho da Aliança é presidido por Kofi Annan, ex-Secretário Geral da ONU, que declarou que o grupo “não financia culturas geneticamente modificadas” e não está considerado incorporar OGM em sua estratégia.⁷⁰

Na cama com as empresas

Em 2010, Bill e Melinda Gates Trust, que administra as doações da Fundação, comprou meio milhão de ações da Monsanto no valor de 23 milhões de dólares.⁷¹

A Fundação Gates também formou uma parceria de 8 milhões de dólares com a gigante americana Cargill⁷² para introduzir soja nas pequenas propriedades africanas. O projeto pretende introduzir a chamada “moderna” tecnologia e aumentar a produtividade dos agricultores e acesso aos mercados para 37 000 pequenos agricultores. Estão na parceria: a Companhia Coca-Cola, a General Mills, o Goldman Sachs, o J.P. Morgan, a Nestlé-Nespresso, a Olam Internacional, o Peet's Coffee e Tea e a Unilever⁷³.

Críticos do trabalho da Fundação Gates em agricultura na África dizem que o foco é limitado no envolvimento do setor privado e biotecnologia, é uma ameaça aos agricultores e a agroecologia.⁷⁴ O grupo ETC (grupo de ação canadense Erosão Tecnologia e Concentração) acusou a fundação de promover um modelo de desenvolvimento da agricultura que beneficia as grandes companhias do agronegócio.⁷⁵

Os críticos destacam as consequências potenciais das estreitas ligações entre os doadores da AGRA (a Fundação Gates) e a Monsanto gigante dos transgênicos, e eles estão preocupados, pois a AGRA está desenvolvendo sementes que permanecem como propriedade privada, com potenciais impactos negativos para a segurança alimentar⁷⁶.

Capturando o IFAD

Em 23 de fevereiro de 2012, o IFAD e a Fundação Gates anunciaram uma nova parceria para apoiar a “geração de novas tecnologias para criar a possibilidade de intensificar a sustentabilidade da agricultura.”⁷⁷

Discursando no lançamento em Roma, Bill Gates criticou “o ultrapassado e pouco eficiente” sistema alimentar mundial e disse que: “A experiência real está nas companhias do setor privado, e com países que estão crescendo rapidamente como Brasil e China, onde o setor agrícola está expandindo.”⁷⁸

O IFAD, a Fundação Gates e outros parceiros doaram em torno de 200 milhões de dólares⁷⁹ para projetos que promovessem biotecnologia e interesses das empresas do agronegócio. Estes incluem o projeto do milho eficiente em água⁸⁰; uma parceria com a DuPont Crop Genetics Research no sorgo biofortificado da África⁸¹; e pesquisa com o Instituto Internacional de Políticas Alimentares (IFPRI - *International Food Policy Research Institute*)⁸² – um instituto de pesquisa que promove o desenvolvimento de culturas transgênicas⁸³⁸⁴, envolvidos em projetos com a Fundação Syngenta o Instituto Internacional Ciência da Vida (ILSI - *International Life Science Institute*), Veolia e Croplife Internacional⁸⁵.

Quem se beneficia com a iniciativa do IFAD e a Fundação Gates ?

O foco da parceria em “intensificação da sustentabilidade” é altamente promovido como a solução para alcançar a segurança alimentar global. Muitos dos grandes doadores e instituições multilaterais como a Agência da ONU para Alimentos e Agricultura (FAO - *Agency for Food and Agriculture*), o Banco Mundial e governos nacionais se comprometeram em financiar a intensificação da sustentabilidade.

No entanto, de acordo com a descrição dada na declaração de parceria, intensificação da sustentabilidade é pouco mais os negócios de costume, levando o agronegócio ao mercado ainda não explorado da África.

Os projetos da Fundação Gates fornecem oportunidades para as corporações do agronegócio fortalecerem suas posições na África, mas faz pouco para atender os impactos danosos causados pela agricultura intensiva.

Apesar da evidência dos danos ambientais e sócio-econômicos causados pela produção de soja, por exemplo, a Fundação Gates está permitindo a Cargill tomar conta do mercado de soja africano, possibilitando a introdução de soja geneticamente modificada no continente⁸⁶.

Um caminho alternativo à frente

A Avaliação Internacional para o Conhecimento, Ciência e Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento (IAASTD - *International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development*) – uma iniciativa internacional de diversos atores para agricultura e alimentos, patrocinada por muitas agências da ONU como a FAO, PNUMA e OMS⁸⁷ - alertou que “a dependência continuada nas soluções de alta tecnologia (incluindo as culturas transgênicas) é pouco provável que reduza a fome e a pobreza persistente e em alguns casos pode exacerbar as desigualdades e a degradação ambiental”⁸⁸

O relator especial da ONU sobre Direito a Alimentos, Olivier De Schutter, disse que o IFAD deveria focar em “apoio a programas e políticas ambiciosas para intensificar abordagens agroecológicas para uma mudança duradoura, incluindo envolvimento multi-polar genuíno com autoridades públicas e especialistas e organizações locais de fornecedores de alimentos”.⁸⁹

Conclusão

Como uma agência especializada da ONU em financiar desenvolvimento agrícola em países em desenvolvimento, o IFAD precisa priorizar o direito dos povos sobre os interesses corporativos.

Está claro que a Fundação Gates promove estratégias agrícolas que vão abrir novos mercados para as empresas, incluindo a promoção de políticas públicas para beneficiar os interesses empresariais. O IFAD não deveria cair nessa armadilha. Deveria seguir as recomendações do relator especial da ONU sobre Direito a Alimentos, Olivier De Schutter, se empenhar em relações duradouras com os países parceiros, apoiando políticas para incrementar a agroecologia, investir em bens comuns ao invés de bens privados, e encorajar o envolvimento de pequenos agricultores.

Influência corporativa na convenção de diversidade biológica: biodiversidade à venda

Resumo

A Convenção de Diversidade Biológica (CDB) é um acordo internacional para proteger a biodiversidade global e se tornou uma importante ferramenta legal, consagradas em leis nacionais, promovendo vital proteção legal para áreas biodiversas. Esta tem se mostrado especialmente valiosa quando essas áreas estão sob ameaça por atividades de corporações, de exploração de petróleo e mineração, por exemplo, ou de outras indústrias poluidoras e destrutivas.

Negociada pelos governos sob os auspícios da ONU (Organização das Nações Unidas), a Convenção tem atraído o interesse das empresas, que têm sido bem vindas e encorajadas pela ONU. Isto tem dado às corporações uma posição privilegiada na mesa de negociações, em alguns casos permitindo que as vozes das empresas soem mais alto que as vozes de outros, incluindo povos indígenas e comunidades afetadas.

Para as corporações, esse acesso provê uma bem vinda oportunidade de influenciar na agenda e de proteger interesses – não da conservação da natureza, mas assegurar acesso a recursos naturais, e maximizar lucros evitando regulamentações e limitando custos.

Essa influência empresarial está levando a Convenção, cada vez mais, para uma abordagem com base no mercado, onde o objetivo não é proteger a biodiversidade *per se*, mas por um valor na biodiversidade para que esta possa ser negociada. Os órgãos da ONU, como o PNUMA têm procurado promover o envolvimento das empresas buscando maneiras em que “além de minimizar e mitigar os impactos adversos, as empresas possam gerar receita a partir da conservação de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos.”⁹⁰

No entanto, cada vez mais, os organismos da ONU parecem esquecer-se de seu papel em garantir que as companhias minimizem seus impactos negativos, cumpram com as leis nacionais e internacionais e modifiquem o insustentável uso de recursos naturais. Ao invés disso as agências da ONU mais e mais priorizam a criação de novas maneiras das empresas lucrarem comercializando a natureza.

Interesses Corporativos e CDB⁹¹

A meta original por trás da Convenção Internacional de Biodiversidade da ONU era unificar os instrumentos legais vinculativos destinados a proteger os recursos naturais,

incluindo acordo regionais leis relativas a espécies migratórias, leis sobre tráfico e espécies ameaçadas e questões marítimas.

Dentro das negociações, um argumento defendido é o de que países e comunidades locais/indígenas deveriam somente proteger os recursos naturais se recebessem incentivos econômicos para fazê-lo. Essa abordagem foi influenciada pela idéia de que a emergente indústria da biotecnologia teria um interesse em financiar a conservação devido sua dependência de material genético natural.

Isso levou ao enfoque no potencial em obter lucro através da biodiversidade e conservação, ao invés de prevenir a degradação ambiental.

Lobby da indústria de biotecnologia

A indústria de biotecnologia dos Estados Unidos – incluindo companhias como Bristol Myers, DuPont, Pfizer, Monsanto – esta preocupada com a proposta da Convenção que eles temiam que pudesse limitar seu acesso aos recursos naturais, particularmente no sul. Logo antes do final da rodada de negociações em 1992, fizeram lobby na administração do Governo Bush, exigindo mudanças para proteger seus interesses.

Eles estavam especialmente preocupados com os planos de introduzir um regime de licenciamento para exportação de recursos genéticos e também pelo impacto nos direitos de propriedade intelectual, (IPRs - *Intellectual Property Rights*). Como resultado, vários artigos da CDB foram alterados, incluindo um número de artigos relativos à propriedade intelectual. Na redação foi incluído que cada Estado individualmente faria sua aplicação eficaz, excluindo, por exemplo, povos indígenas e comunidades locais afetadas no país. Os proponentes dos IPRs sugeriram beneficiar o desenvolvimento da agricultura e proteção de recursos nos países mais pobres, bem com, encorajar a transferência de tecnologia e investimento em pesquisa. Na verdade, eles ameaçam privatizar a agricultura e recursos locais, e reorganizar mercados para o benefício de poderosas multinacionais operando mundialmente e cobrando royalties das comunidades locais – mas sem lhes dizer uma palavra⁹².

Outras mudanças foram desenhadas para criar ambiguidade em torno do significado dos diferentes artigos⁹³ – como, por exemplo, após a intervenção dos Estados Unidos, ao texto foi adicionado o Artigo 16 (parágrafo 2) que parece contradizer o texto em outro parágrafo (parágrafo 5), mas



isso sob a ótica da indústria assegura adequada e efetiva proteção dos direitos da propriedade intelectual.⁹⁴

Promovendo compensação pelos danos a biodiversidade

Outro ativo lobby corporativo na CDB tem sido buscar uma solução de Mercado para a perda de biodiversidade e degradação, através do que está sendo chamado de Desenvolvimento de Mecanismo Verde (GDM - *Green Development Mechanism*).

O objetivo do GDM é mobilizar o setor financeiro privado para investir em projetos de conservação amarrando a oferta e a procura por biodiversidade a mecanismos de mercado

(como o Mecanismo de Desenvolvimento limpo criado para enfrentar a mudança climática). O esquema voluntário poderia permitir comércio de créditos de biodiversidade e propor pagamentos por serviços ambientais como solução para compensar a perda de biodiversidade e degradação de ecossistemas.

O GDM poderia estabelecer requisitos e um sistema de certificação para áreas a serem manejadas para proteger a biodiversidade. Isso apóia a idéia de compensação de biodiversidade (*biodiversity offsetting*) caso a caso. Diferenças nos preços poderiam se dar para diferentes habitats, assim: com mais biodiversidade ou maior número de espécies ameaçadas resultaria em maior preço.

CDB

O GDM poderia permitir a corporação que planeja desenvolver projetos destrutivos em uma parte do mundo, comprar créditos de conservação de um esquema de conservação certificado. De acordo com seus proponentes, esse sistema ajudaria a assegurar apoio financeiro para programas de conservação, permitindo que países manejem a proteção da biodiversidade mais eficientemente.

O GDM poderia também ter um registro de todas os esquemas nacionais incluídos no sistema de comércio, e estaria apto a providenciar apoio financeiro e técnico para esquemas de compensação nacionais, agindo como intermediário entre aqueles que querem comprar e vender certificados de conservação.

Tal iniciativa, de modo algum, poderia resolver os problemas fundamentais do comércio insustentável de recursos naturais e superconsumo. Poderia permitir aos governos transferir a responsabilidade de proteger a biodiversidade às companhias, enquanto isso tem sido criticado por ter impactos nocivos em comunidades locais e no ambiente⁹⁵. No entanto, apela para as empresas, não somente isso significa evitar de lidar com impactos diretos das atividades, mas ainda cria oportunidade de lucro extra.

Os interesses corporativos refletem os acordos da COP 10⁹⁶

A crescente influência dos interesses corporativos se reflete claramente na decisão recente tomada na CDB de Nagoia, Japão (conhecida como COP 10). Por exemplo, as negociações acordaram que os governos deveriam:

- promover política pública para meio ambiente que facilite o setor privado no engajamento e integração da biodiversidade nas estratégias das corporações...;
- encorajar o envolvimento das empresas como atores em qualquer revisão futura e implementação nacional de estratégias e planos de ação para biodiversidade;”

Esta crescente relação com o setor empresarial tem sido refletida em parcerias formais de 193 governos membros, na Plataforma Global de Negócios em Biodiversidade, anunciada pelo antigo Secretário da CDB, Ahmed Djoghlaif, nas falas de Nagoia.⁹⁷

Plataforma Global de Negócios em Biodiversidade⁹⁸

A Plataforma Global de Negócios em Biodiversidade foi estabelecida para promover mercados que apoiem

a conservação da natureza e o uso sustentável de recursos. Devido aos negócios dependerem de produtos e serviços providos pelo ambiente natural, enquanto isso, ao mesmo tempo contribuindo para a perda exponencial da biodiversidade. A Plataforma promove a ideia de que a biodiversidade precisa virar uma oportunidade de negócio e só assim poderá ser preservada. A seção da Plataforma Global de Negócios em Biodiversidade no site da CDB destaca as vantagens a serem obtidas incluindo a biodiversidade nos planos de negócio, apresentando as possibilidades de melhorar a percepção do público sobre as atividades corporativas.

Alguns estudos de caso apresentam iniciativas específicas que servem primeiramente para pintar de verde a imagem das companhias envolvidas⁹⁹, o que inclui companhias de petróleo e mineração, com pobres registros na área ambiental.

Por exemplo, a Iniciativa para Energia e Biodiversidade¹⁰⁰, criada para maximizar as oportunidades de conservação na indústria de petróleo e gás, inclui BP, Chevron Texaco, Shell e a Statoil.

Outro estudo de caso é o da estratégia de biodiversidade da Rio Tinto¹⁰¹, que compreende pagar por esquemas de conservação em qualquer local afim de compensar os danos resultantes da atividade de mineração. A Rio Tinto foi recentemente classificada como a 6° pior empresa de mineração do mundo¹⁰².

Os padrões de biodiversidade do Grupo Shell são também destacados, incluindo o respeito da companhia por áreas protegidas e seu papel no grupo de contribuir para a conservação da biodiversidade. Ainda que as operações da Shell na Nigéria, por exemplo, tenha destruído o meio de vida das comunidades, poluindo o solo, cursos de água e o ar através do derramamento de petróleo e da queima de gás¹⁰³.

Promovendo o Greenwash

Muitas dessas corporações, incluindo a Shell e o Conselho Internacional de Mineração e Metais, patrocinaram publicações da CDB¹⁰⁴, melhorando sua imagem como protetora do meio ambiente.

Conclusão

O envolvimento e a influência das corporações na CDB permitem que elas sejam vistas como trabalhando para proteger o ambiente natural, e essas iniciativas corporativas são celebradas pelos governos e órgãos da ONU.

Então, em vez de garantir que as empresas cumpram com as regulamentações nacionais e internacionais, ou desenvolvam modelos de negócio mais sustentáveis, a CDB está gerando novas vias para as empresas lucrarem através do ambiente natural, e ao mesmo tempo legitimando os danos ambientais em outros locais.

Política Para Água

Direitos Universais por água abaixo: influência das empresas na política para água da ONU

Resumo

A água é a fonte de toda a vida na terra e essencial ao dia a dia. Sem acesso à água, as pessoas simplesmente morrem. Mas os interesses do setor privado, ativo dentro da ONU, têm buscado formas de tornar a água um negócio com fins lucrativos, levando propostas para tratar a água como uma *commodity* (commodificação), e mesmo torná-la um produto financeiro ou derivativo (financeirização).

Esses interesses estão sendo trazidos a Rio +20 através de uma série de iniciativas lideradas pela ONU e empresas parceiras. Com o apoio de governos, os grupos empresariais estão buscando impor as forças de mercado como uma solução pra gerenciar as fontes de água – ameaçando o status da água e saneamento como um direito universal, reconhecido pela Resolução 64/292 em Assembléia Geral da ONU. E, como resultado disso o acesso à água dependeria da capacidade de pagar por isso. Milhões de pessoas pobres, que não podem pagar altos preços pela água, irão enfrentar enormes problemas se essa ideia avançar.

Existe um longo histórico de comunidades lutando por seu direito à água (como em Cochabamba, Kerala, e Joanesburgo). Agora essa luta vai parar na ONU.

A ONU foi estabelecida como o espaço para defender os bens comuns, os direitos humanos e o nosso futuro comum. Ela sempre foi vulnerável ao abuso dos poderosos, mas o que vemos agora é uma campanha de cooptação e infiltração do setor privado e dos interesses das corporações, especialmente sobre política para água na ONU.

Captura Corporativa na política para água dentro da ONU

Essa influência corporativa tem permeado a ONU de formas específicas:

O Conselho Consultivo do Secretário Geral da ONU para Água e Saneamento (UNSGAB - UN Secretary General's Advisory Board on Water and Sanitation)¹⁰⁵: Criado para *'incentivar a ação global em questões de água e saneamento, que são centrais para a esperança do mundo na erradicação da pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável'*, o UNSGAB fornece insumos diretamente ao Secretário Geral da ONU sobre questões relativas à água. Mais de um quarto dos seus 23 membros tem ligação direta com companhias privadas de águas¹⁰⁶ e muitos dos outros advogam para liberalização e privatização dos recursos hídricos. Dentre as figuras de alto nível estão Gérard

Payen, um ex-executivo sênior vice-presidente da Suez e atual presidente da Aquafed (Federação Internacional das Operadoras Privadas de Água) e Richard Torkelson, um especialista financeiro, com experiência em projetos de privatização da água.

Grupos de trabalho do UNSGAB são presididos por membros individuais. Payen preside o grupo de trabalho em financiamento (que tem pressionado por "recuperação sustentável do custo pela distribuição da água"¹⁰⁷) e o grupo de trabalho Rio+20 (que tem preconizado por uma maior interdependência entre água e economia verde)¹⁰⁸. Em eventos como o Fórum Mundial Anual sobre Água, ele explora essas diferentes posições, às vezes destacando seu papel na ONU¹⁰⁹, e outras vezes falando em nome das operadoras de água¹¹⁰. As empresas e a ONU estão trabalhando de mãos dadas.

O CEO Water Mandate¹¹¹, estabelecido como parte do Pacto Global (maior iniciativa de responsabilidade corporativa voluntária da ONU) em 2007, é apresentada como *'iniciativa público-privada única, concebida para ajudar as empresas a desenvolver, implementar e divulgar políticas e práticas sustentáveis para água'*. Isso ainda inclui alguns dos maiores poluidores de água do mundo e abusos de quem usa essa plataforma apoiada pelas empresas para promover suas metas dentro da ONU. Dentre as empresas membro estão Nestlé, Veolia Water, e a Coca-Cola. Uma de suas reivindicações é por *'Gestão Corporativa da Água'*¹¹², que é um ambiente propício para as empresas assegurarem sua vantagem competitiva e lucros. Mas essa iniciativa falhou em ver a política para água sob a perspectiva de direito, que a ONU supostamente defende e isso é necessário para garantir acesso a água potável para comunidade locais.

Ao invés disso, o CEO Water Mandate parece legitimar a crescente influência de companhias nas políticas para água, promovendo sistema privado no mercado para distribuição e acesso à água.

Assim como o Pacto Global, o CEO Water Mandate é voluntário por natureza, com acordos não vinculativos. As Companhias são convidadas a submeter comunicações sobre os progressos relativos a questões de água, mas estes não são avaliados ou verificados por especialistas independentes¹¹³. Como parceiros, as companhias membros são capazes de formatar recomendações da ONU e promover seus padrões e ferramentas preferenciais¹¹⁴.

Como resultado o *Mandato* proporciona às corporações oportunidades de “pintar de verde ou de azul” suas atividades, escondendo os impactos danosos para o meio ambiente sob a bandeira da ONU.

Críticos têm apontado que este modelo apresenta um conflito de interesses inerente: “Corporações cujos modelos de negócio dependem do controle ao acesso à água ou que ganhem entrando no novo mercado de serviço de água não podem defender interesses públicos se esses estiverem em conflito com sua razão de ser e com as obrigações perante seus acionistas.”¹¹⁵

O governos, que supostamente regulam as companhias, estão aos invés disso abrigando uma iniciativa criada por e para companhias com interesses velados em influenciá-la.

O Escritório das Nações Unidas para Parcerias (UNOP - United Nations Office for Partnerships)¹¹⁶ permite às companhias como a Coca-Cola e a Dow manter parcerias formais com a ONU, posicionando-se como defensores das causas da ONU, incluindo direitos humanos e ambientais, e água, enquanto evitam qualquer compromisso obrigatório em aderir a padrões de direitos humanos ou ambientais. A unidade de Inspeção Conjunta da ONU questionou se as parcerias ONU - empresas estão distribuindo resultados que se encaixem nos ideais da ONU ou em benefício das pessoas¹¹⁷.

A Dow, uma parceira formal da ONU em muitas iniciativas¹¹⁸, não tem cumprido suas obrigações após a contaminação da água em Bhopal, como resultado de um desastre químico. A Coca-Cola tem enfrentado severas críticas pelos níveis de extração de água na Índia, diminuindo os níveis da água causando problemas para as comunidades locais¹¹⁹.

O ONU Água¹²⁰, grupo encarregado de coordenação entre as agências no âmbito da ONU para questões de água e saneamento, formou parcerias com algumas das empresas de maior peso no lobby para organizações privadas de águas¹²¹, incluindo o Aquafed, O Conselho Mundial sobre Água e a Parceria Global para Água.

Os parceiros precisam ser organizações sem fins lucrativos, mas isso não previne organizações guarda-chuva que representam companhias, de juntar-se ganhando diretamente uma visão e influenciando todas as iniciativas da ONU para água. Estes grupos de lobby são capazes de colocar para contribuir com os relatórios da ONU, seus

conselheiros. Às vezes esses lobistas escrevem os relatórios eles mesmos.

O coordenador de conteúdo do Relatório Desenvolvimento para Água no Terceiro Mundo¹²², William Cosgrove foi diretor do Conselho Mundial sobre Água,¹²³ bem como, presidiu uma empresa de consultoria privada para água.¹²⁴

Os resultados dessa influência significam que as companhias têm acesso direto e forte influência sobre o mais alto escalão da ONU (CEO Water Mandate, UNOP e UNSGAB, todos estes sob direta autoridade do Secretário Geral), para gestão de água.

O caso do envolvimento corporativo na gestão da política de água

As Corporações têm desempenhado um crescente papel na ONU, a partir do final dos anos 90, resultado da busca da ONU por financiamento corporativo. Em 2000, a fundação do Pacto Global marcou a mudança na abordagem de regulatória para voluntária – as empresas seriam persuadidas a agir de forma responsável por meio de parcerias¹²⁵. Os Estados-membros têm apoiado essas alterações, e em alguns casos bloqueado tentativas de manter o setor privado responsável¹²⁶.

Na Rio +10 na Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável – entusiasticamente referido como o «maior Mercado justo do mundo»¹²⁷ pelo funcionário Mark Malloch-Brown do Programa de Desenvolvimento da ONU (UNDP, UN Development Programme), o Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável - (WBCSD - World Business Council for Sustainable Development) fez lobby em nome da indústria da água, por seus membros poderosos, como Veolia, Suez, Coca-Cola e a Dow Química¹²⁸. No seu relatório de 2002 «Água para os Pobres»¹²⁹ defendeu acelerar as parcerias público-privadas (PPPs) e facilitar o investimento privado como a «nova estratégia para o fornecimento eficiente de água e serviços de saneamento».

Essa ideia foi bem vinda, com Kofi Annan dizendo que o setor privado era um ator chave para assegurar que o desenvolvimento sustentável não permanecesse “*um sonho distante*”. O atual Secretário Geral da ONU Ban Ki Moon tem elogiado o setor empresarial “*o papel fundamental do setor privado em fornecer progresso econômico e social*.”¹³⁰

O Conselho - WBCSD – reconhece que seus esforços de lobby “*tiveram êxito em elevar as questões da água para o*

Política Para Água

nível da agenda empresarial aumentando a conscientização entre os líderes de opinião e tomadores de decisão.”¹³¹

Como resultado, as parcerias público-privadas dominam o nível das discussões da ONU para questões de água e os negócios são vistos como uma solução para os problemas de acesso à água.

O WBCSD e outros grupos de lobby corporativo vão continuar a desempenhar um papel importante na Rio

+20, através da Ação Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável- Business Action for Sustainable Development (o coordenador oficial da ONU no grupo principal de negócios e indústrias).

O Direito à água sob risco na Rio+20

Em julho de 2010, o Conselho de Canadenses - *Council of Canadians* – realizou uma campanha para conseguir



passar a histórica resolução 64/292 na Assembleia Geral da ONU, reconhecendo o direito humano à água e saneamento. Embora dois terços dos Estados da União Europeia (incluindo Reino Unido, Dinamarca, Áustria, Grécia e Holanda) junto com Canadá, Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia, Austrália e Israel se abstivessem de votar, a resolução foi aprovada.¹³² Resoluções similares seguiram para o Conselho de Direitos Humanos, apesar da resistência dos países desenvolvidos “amigos do mercado”.^{133 134}

A Rio+20 irá estabelecer a direção para as próximas gerações em respeito ao nosso meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com a chamada “Economia Verde” sendo esta promovida como o próximo passo para a captura corporativa da natureza. E assim, princípios já estabelecidos estão sendo substituídos por um enfoque no mercado, nas corporações e na colocação de preço na natureza. E o lobby privado da água está na linha de frente.¹³⁵

As consequências para o mundo natural e para as comunidades podem ser devastadores. Essas abordagens com base no mercado significariam a introdução dos mercados da água, preços da água para agricultura e preço de custo total. O acesso a água não seria mais um direito humano fundamental, mas a água se tornaria um negócio a gerar lucro. E esse seria um ataque direto à justiça, limitando o acesso à água para milhares de pessoas.

Pacto Global

O Pacto Global – ligado por cordas muito finas

Resumo

O Pacto Global da ONU é uma iniciativa voluntária que “procura alinhar as operações e estratégias de negócios em todos os locais, com os 10 princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção”.¹³⁶ Entretanto, sua natureza voluntária significa que as corporações que se inscrevem não são obrigadas a agir de acordo com esses princípios.

De cerca de 7.000 empresas inscritas,¹³⁷ várias enfrentam numerosas alegações de abusos relativos a meio ambiente e direitos humanos.

Mas porque não existem sanções ao não cumprimento dos princípios, e porque o procedimento oficial para as reclamações tem uma redação vaga e aberta a interpretações, os esforços para elevar as preocupações dos membros do Pacto, com os abusos cometidos pelas corporações, não são postos em prática.

Como resultado, o Pacto tem sido amplamente criticado como sendo uma ferramenta para “*bluwashing*” das corporações, permitindo a elas melhorar sua reputação com essa associação a ONU, sem modificar seu comportamento.

O alto status do Pacto dentro da ONU também fornece às corporações acesso privilegiado aos governos, permitindo-lhes influenciar tomadas de decisão e com sucesso argumentar contra regras ambientais mais restritivas, além de outras regulamentações para torná-las responsáveis pelos abusos.

Princípios Voluntários sem responsabilização

Quando o Pacto Global da ONU foi lançado em julho de 2000, surgiram diversas preocupações de que fosse permitir as empresas parecerem que estavam agindo sem realmente mudar seu comportamento.

Pierre Sané, então Secretário Geral da Anistia Internacional e agora membro do Conselho do Pacto, apontou para a necessidade de monitoramento independente, e sanções para as corporações que fracassarem em cumprir, a fim de que o Pacto seja “efetivo e crível”.¹³⁸

Ativistas ambientais e de direitos humanos estão familiarizados com essa abordagem voluntária da indústria, tendo como precursora a indústria química, na esteira da Union Carbide com o vazamento de gás em Bhopal e o derramamento no rio Reno na Basílica. A ação voluntária de um grupo seletivo foi combinada com a agenda política

do lobby contra uma legislação e regulação internacional.¹³⁹ Esta foi complementada com uma campanha de relações públicas, combinada a estudos de caso de boas práticas, destinados a acalmar a opinião pública e os políticos de que a indústria entendia os problemas e estava trabalhando em soluções.

O “*greenwash*” foi cunhado nesta abordagem, antes da ECO 92.¹⁴⁰ O movimento para o “*bluwashing*” através da ONU, parecia ser o último estágio no processo. Em 2011, esses medos foram reconhecidos quando um órgão externo independente criado para supervisionar a ONU, a Unidade de Inspeção Conjunta, descobriu que o Pacto Global representava “um risco para reputação” da ONU, oficialmente confirmando a existência de *bluwashing*.¹⁴¹

Padrões fracos, sem aplicação

Enquanto as empresas estão inscritas no Pacto Global, não é exigido que apliquem os 10 princípios, e medidas foram introduzidas exigindo uma “Comunicação de Progresso” anual (COP - *Communication on Progress*), divulgando às partes interessadas o progresso na implementação dos princípios e no apoio às metas de desenvolvimento da ONU.¹⁴²

Muitas empresas fracassaram em cumprir essa exigência. Mais de 3.000 empresas foram expulsas do Pacto como resultado desde 2005.¹⁴³

As empresas que fazem o relatório, não necessitam cumprir nenhum padrão relatado, e como resultado, a informação oferecida é frequentemente superficial e imprecisa.¹⁴⁴

A informação não é verificada pelo Pacto Global, mas tomado seu valor. E por não haver sanções, e por divulgar regularmente a informação sobre suas práticas de negócio, os participantes não podem ser expulsos, qualquer que seja a qualidade e a confiabilidade da informação fornecida.

Da mesma forma, não existem normas reais para atender as Medidas de Integridade do Pacto, destinadas a “promover contínua melhoria na qualidade e auxiliar o participante a alinhar suas ações aos compromissos assumidos com relação aos princípios do Pacto.”¹⁴⁵

Então, quando os ativistas por direitos humanos tentaram desafiar as atividades da companhia de petróleo PetroChina CNPC no Sudão (veja o quadro), os problemas levantados não levaram a ação alguma. O Pacto Global não parece

disposto a tomar ações substanciais contra empresas envolvidas em violações de direitos humanos.

A campanha do grupo “*Baby Milk Action*” repetidamente criticou o escritório do Pacto Global por seu fracasso em investigar apropriadamente reclamações contra a Nestlé, em cujas queixas estão alegações que quebra em vários princípios do Pacto¹⁴⁶.

Existe também falta de transparência. O Pacto Global não divulga as empresas envolvidas, quem fez as reclamações, ou especificações das acusações. Informações sobre o número de reclamações ou o número de empresas excluídas da lista, como resultado da conduta “prejudicial à reputação e integridade do Pacto Global”¹⁴⁷, não é tornado público.

Os critérios para apresentação das reclamações também são vagos, aplicando-se a instâncias que ilustram abusos “sistemáticos” ou “flagrantes”, que não são claramente

definidos, tornando difícil saber quando apresentar queixa. Mesmo se uma denúncia for confirmada, a única sanção potencial é a expulsão do Pacto Global.

O Pacto e a Rio +20

Em sua apresentação da Rio +20 ao secretário da ONU, o Pacto Global pediu que as empresas sejam reconhecidas como parte da solução, e incitou os governos a admitir que as “*parcerias entre empresas, setor público e sociedade civil contribuem com importantes soluções para realizar os objetivos de desenvolvimento [e que eles] se comprometem em apoiar o desenvolvimento de parcerias transformadoras que tratam de questões sistêmicas*”.¹⁴⁸

O Pacto Global claramente pretende avançar mais em seu papel como negócios e indústrias dentro do sistema ONU e na influência nas discussões da ONU sobre desenvolvimento

Medidas de Integridade de pouco uso: denúncia contra a PetroChina

Em dezembro de 2008, Investidores Contra Genocídio (IAG - Investors Against Genocide) e o Centro de Pesquisa sobre Corporações Multinacionais (SOMO - Centre for Research on Multinational Corporations) encaminharam uma denúncia formal ao escritório do Pacto Global da ONU pedindo a exclusão da PetroChina da lista de participantes se não houvesse solução satisfatória aos problemas levantados. Os grupos alegaram que a PetroChina, através de seus investimentos no Sudão, contribuiu para agravar a violação de direitos humanos em Darfur.

O governo sudanês tem sido acusado de apoiar o genocídio, inclusive por financiar grupos militares em Darfur. Apesar da situação e das graves alegações, a PetroChina não parou seus investimentos no Sudão, deste modo provendo de significativos recursos financeiros ao governo nacional e sendo cúmplice na violação de direitos humanos.

Em 12 de janeiro de 2009, o Pacto Global respondeu, recusando a agir pela denúncia. Georg Kell, Diretor Executivo do escritório do Pacto Global, julgou que “os problemas levantados poderiam igualmente ser aplicados a muitas empresas operando em locais propensos a conflitos.”

Ele explicou que a “abordagem do Pacto Global para negócios e paz enfatiza o engajamento ao invés do desinvestimento e o poder da ação coletiva ao invés de focar em empresas individuais.” Os denunciantes pediram aos membros do Conselho do Pacto para considerarem sua resposta, o que eles fizeram, mas a decisão permaneceu a mesma. Em julho de 2009, o senhor Mark Moody-Stuart, Vice-Presidente do Conselho do Pacto e ex Presidente da Shell e do AngloAmerican plc¹⁵², disse que a China National Petroleum Corporation que originou a PetroChina, “...tem sido ativa em apoiar o desenvolvimento sustentável no [Sudão] e engajada na recém formada e embrionária Rede Local, entretanto esta não é signatária do Pacto Global.”

O Conselho do Pacto explicou que “o Conselho concordou que as operações de uma empresa em um ambiente fracamente governável ou repressivo, não seria motivo para exclusão da iniciativa e que o Pacto, como um plataforma de aprendizagem, não pode solicitar a uma empresa que se envolva na defesa de um governo.”

Em janeiro de 2012, o terceiro maior fundo de pensão do mundo, ABP Investimentos, colocou a PetroChina numa lista negra pelo não cumprimento dos princípios do Pacto. A ABP concluiu que a PetroChina / CNPC não dispõem de políticas sólidas para evitar o envolvimento em violação de direitos humanos no Sudão.¹⁵³

Pacto Global

sustentável e na proteção do meio ambiente – e isso parece ter tido sucesso. Está ativamente envolvido no Fórum para Sustentabilidade das Corporações Rio +20 ¹⁴⁹, que ocorre antes da Conferência. Os organizadores esperam 2.000 participantes e oferecem a empresas e investidores “*uma oportunidade de encontrar-se com governos, autoridades locais, sociedade civil e entidades da ONU*”. O Pacto também coopera com a Ação Empresarial para Desenvolvimento Sustentável (BASD - *Business Action for Sustainable Development*) e tem papel proeminente na organização de eventos paralelos de alto nível, permitindo às empresas participar de discussões privilegiadas com a ONU e representantes de governos antes da Rio +20.

No Rio o PNUMA e o Pacto Global vão anunciar seu primeiro Fórum de Inovações Empresariais, que ocorrerá em Hong Kong no final de 2012 e irá fazer 400 representantes de empresas a focar nos resultados da Rio+20 ¹⁵⁰. O PNUMA também tem parceria com a Câmara Internacional de Comércio (CIC) para organizar o Diálogo Global de negócios e Indústria, no qual a CIC está fornecendo insumos diretos para agricultura, energia, transporte, produção, e resíduos¹⁵¹.

Conclusão

Se a ONU quer tratar significativa e efetivamente do comportamento irresponsável de empresas, deveria ser com algo mais ambicioso que o Pacto Global. A ONU deveria ir além do pragmatismo que sustenta a estratégia do Pacto e criar uma iniciativa mais rigorosa para a responsabilidade corporativa. Essa nova iniciativa deveria monitorar os impactos das corporações sobre os povos e meio ambiente. Além disso, deveria trabalhar por um sistema legal vinculativo para responsabilidade corporativa, que deveria incluir, dentre outros elementos, um sólido mecanismo para reparação de injustiças e um sistema de sanções legais para as violações.

A continuidade do trabalho do Centro de Corporações Transnacionais da ONU (UNCTC - *UN Centre on Transnational Corporations*), estabelecido em 1974, ou criar uma organização similar poderia ser um primeiro passo para seriamente começar a lidar com os impactos do grande negócio no nível da ONU.



© (cc) Simon Claomeng

Mineral engarrada pela companhia de petróleo PetroChina.

Referências

Referências

- 1 <http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhoisGEI/BiographyPavanSukhdev/tabid/56208/Default.aspx>
- 2 <http://www.teebweb.org/AboutTEEB/Personnel/StudyLeader/tabid/1080/Default.aspx>
- 3 <http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=13&nr=615&menu=46>
- 4 <http://worldbusinessawards.net/>
- 5 <http://basd2012.org/>
- 6 Estudos de caso publicado anteriormente em 2011 e 2012 podem ser acessados aqui:

<http://www.foei.org/en/resources/publications/pdfs/2011/how-corporations-rule-sasol-and-south-africas-climate-policy/view>

<http://www.foei.org/en/resources/publications/pdfs/2011/how-corporations-rule-ieta-lobby-group-ignores-carbon-market-flaws/view>

<http://www.foei.org/en/resources/publications/pdfs/2012/how-corporations-rule-vale/view>
- 7 A declaração conjunta da sociedade civil sobre captura corporativa pode ser encontrada aqui: <http://www.foei.org/en/get-involved/take-action/end-un-corporate-capture>
- 8 Para ter uma visão geral das parcerias, veja: http://www.un.org/partnerships/Docs/Partnership_Initiatives.pdf
- 9 <http://www.vannbevegelsen.no/index.php?topic=6971.0>
- 10 <http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhoisGEI/BiographyPavanSukhdev/tabid/56208/Default.aspx>
- 11 Para uma crítica do desenvolvimento 'pos combustíveis fósseis' bio-economia, ver <http://globalforestcoalition.org/wp-content/uploads/2012/04/Bioecono-vs-biodiv-report-with-frontage-FINAL.pdf>
- 12 http://www.unep.ch/etb/publications/TEEB/TEEB_interim_report.pdf
- 13 “Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia: falhando em entregar”, Amigos da Terra Europa, 1 Outubro, 2010 http://www.foeeurope.org/sites/default/files/publications/FoEE_ETS_failing_to_deliver_1010.pdf
- 14 http://www.sandbag.org.uk/site_media/pdfs/reports/Sandbag_2011-06_fatcats.pdf
- 15 Para uma crítica ao comércio de compensações em biodiversidade, ver “Bio-economia versus Biodiversidade”, Global Forest Coalition, Abril 2012; <http://globalforestcoalition.org/wp-content/uploads/2012/04/Bioecono-vs-biodiv-report-with-frontage-FINAL.pdf>
- 16 <http://ec.europa.eu/environment/nature/biodiversity/economics/>
- 17 <http://ec.europa.eu/environment/archives/greenweek2010/session/31-alerting-decision-makers-link-between-nature-and-economy.html>
- 18 http://www.europa-nu.nl/id/vin2hlp967z2/nieuws/toespraak_eurocommissaris_potocnik?ctx=vg9pjk198axu&tab=1&start_tab1=84
- 19 <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSDNET/0,,menuPK:64885113~pagePK:7278667~piPK:64911824~theSitePK:5929282~contentMDK:22878100,00.html>
- 20 <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSDNET/0,,pagePK:64885161~contentMDK:22730260~piPK:5929285~theSitePK:5929282,00.html>
- 21 http://www.wto.org/english/res_e/publications_e/brochure_rio_20_e.pdf
- 22 <http://www.twinside.org.sg/title2/sdc2012/sdc2012.120402.htm>
- 23 http://www.unep.fr/scp/business/dialogue/2011/discussion_notes/Day_2/7_4_SupplyChain.pdf
- 24 <http://www.iccwbo.org/uploadedFiles/ICC-business-initial-comments-GER-May2011-FINAL.pdf>
- 25 <http://www.pan-uk.org/news/permanent-peoples-tribunal>
- 26 <http://www.foodandwaterwatch.org/pressreleases/press-release-suez-violates-water-rights/>
- 27 <http://www.basd2012.org/>
- 28 http://www.iccwbo.org/uploadedFiles/BASD_Press_Release.pdf
- 29 <http://www.b4esummit.com/agenda/>
- 30 <http://www.basd2012.org/564/basd-2012-business-day/#more-564>
- 31 <http://www.wrm.org.uy/actors/WSSD/CEO.html>
- 32 http://www.foeeurope.org/press/2007/Dec4_Worst_Lobby_Results.htm

Referências

- 32 Lançamento de “Walking the Talk: the Business Case for Sustainable Development”, Holliday, Chad; Schmidheiny, Stephan; Watts Philips, Setembro, 2002.
- 33 Kenny Bruno, The Greenpeace Book of Greenwash, Greenpeace, 1992, <http://research.greenpeaceusa.org/?a=view&d=4519>
- 34 <http://www.business.un.org>
- 35 http://www.unglobalcompact.org/NewsAndEvents/rio_2012.html
- 36 “De Cancun a Durban: fazendo lobby para um maior papel do grande negócio” Observatório Europeu de Corporações, 16 de fevereiro, 2011; <http://www.corporateeurope.org/news/canc-n-durban-lobbying-business>
- 37 http://www.sustainableenergyforall.org/images/content/SG_Sustainable_Energy_for_All_vision_final_clean.pdf
- 38 <http://www.sustainableenergyforall.org/about>
- 39 <http://www.sustainableenergyforall.org/images/content/ActionAgenda.pdf>
- 40 <http://www.sustainableenergyforall.org/about-us/high-level-group>
- 41 Ver grupo de alto nível do Secretário geral em energia sustentável para todos, p1
<http://www.sustainableenergyforall.org/images/content/ActionAgenda.pdf>
- 42 http://www.uncsd2012.org/rio20/content/documents/370The%20Future%20We%20Want%2010Jan%20clean%20_no%20brackets.pdf
- 43 Urgewald, groundWork, Earthlife Johannesburg, BankTrack, http://www.banktrack.org/manage/ems_files/download/a_look_into_the_portfolios_of_the_world_s_largest_banks/a_look_into_the_portfolios_of_the_world_s_largest_banks_.pdf
- 44 Amigos da Terra Inglaterra, Gales e Irlanda do Norte, Greenpeace Reino Unido e campanha Global Ação pelo Clima (GCCA), escreveram para o SE4ALL em 2011 solicitando maior representação, especialmente da sociedade civil do sul. Cinco meses depois, não obtiveram resposta, e não houve ação alguma para ampliar a representação da sociedade civil.
- 45 <http://www.un.org/sg/statements/?nid=5468>
- 46 http://www.sustainableenergyforall.org/images/content/Brussels_Private_Sector_SE4ALL_Consultation.pdf
- 47 Sobre os riscos relacionados à mudança climática: http://www.preventionweb.net/files/24327_srexallfinal.pdf
http://www.sei-international.org/mediamanager/documents/Publications/Climate-mitigation-adaptation/europes_share_heaps_09.pdf.pdf
- 48 IEA (2011) World Energy Outlook 2011, www.iea.org/Textbase/npsum/weo2011sum.pdf
- 49 <http://www.sustainableenergyforall.org/images/content/ActionAgenda.pdf> . See <http://www.biofuelwatch.org.uk/?s=Sustained+Profits> for further critique.
- 50 Responsabilidade em primeira pessoa no Congresso Mundial de Biocombustíveis, Paris; chamada da sociedade civil e secretaria do SE4ALL.
- 51 <http://www.sustainableenergyforall.org/progress/item/60-ghana-leads>
- 52 P.26 <http://www.sustainableenergyforall.org/images/content/ActionAgenda.pdf>
- 53 http://www.norway-un.org/NorwayandUN/Selected_Topics/Child_Mortality_and_Maternal_Health/Successful-event-on-Sustainable-Energy-for-All/
- 54 http://www.un.org/wcm/webdav/site/sustainableenergyforall/shared/Documents/SG_Sustainable_Energy_for_All_vision_final_clean.pdf
- 55 Amigos da Terra Inglaterra, Gales e Irlanda do Norte (2010): Limpando o Ar, www.foe.co.uk/resource/reports/clearing_air.pdf
- 56 <http://www.ifad.org/governance/index.htm>
- 57 <http://ifad-un.blogspot.co.uk/2012/02/new-chapter-ifad-and-gates-foundation.html>
- 58 <http://www.ifad.org/media/press/2012/16.htm>
- 59 <http://www.gatesfoundation.org/speeches-commentary/pages/bill-gates-2012-ifad.aspx>
- 60 www.ifad.org/operations/index.htm
- 61 <http://www.ifad.org/governance/index.htm>
- 62 A fundação é baseada em Seattle, Washington, com ramificações em Washington D.C., Nova Deli, Índia, Beijing, China e Londres Inglaterra. Seus administradores são Bill e Melinda Gates e Warren

- Buffet.63 <http://www.gatesfoundation.org/about/Pages/foundation-fact-sheet.aspx>
- 64 <http://www.gatesfoundation.org>
- 65 Nuvem escura sobre o bom trabalho da Fundação Gates. Los Angeles Times, Janeiro de 2007, disponível aqui: http://www.latimes.com/news/la-na-gatesx07jan07_0,290910,full.story
- 66 Fundação Gates mantém seu plano de investimento, The Austin Statesman, 14 de janeiro de 2007.
- 67 <http://www.agra-alliance.org/section/about>
- 68 Swanby, Haidee. A Fundação Gates e a Cargill levando soja para a África, ACB, instruções nº20, 2010, p. 13, disponível aqui: <http://www.acbio.org.za/index.php/publications/rest-of-africa/330-soya-gates-foundation-a-cargill-paper> 69
- 70 http://www.agra-alliance.org/section/about/board_staff
<http://online.wsj.com/article/SB10001424052970204770404577080264187783818.html>
<http://allafrica.com/stories/200708020864.html>
- 71 English, Travis. Aliança para Revolução Verde na África (AGRA) Distribuição de Fundos: Fundação Gates liga Monsanto e desenvolvimento de Culturas OGM no Quênia. [DRAFT] Observatório AGRA. 2012. Disponível aqui: <http://www.seattleglobaljustice.org/wp-content/uploads/Gates-MonsantolinkDRAFT.doc>
- 72 Cargill is the world's largest agricultural commodity trading multinational and dominates the world trade in soybeans. According to its website (www.cargill.com) is an "international producer and marketer of food, agricultural, financial and industrial products and services. .
- 73 Swanby, Haidee. A Fundação Gates e a Cargill levando soja para a África, ACB, instruções nº20, 2010, p. 13-14, disponível aqui: <http://www.acbio.org.za/index.php/publications/rest-of-africa/330-soya-gates-foundation-a-cargill-paper>
- 74 <http://www.nytimes.com/2008/10/12/magazine/12wwln-shah-t.html?pagewanted=all>
- 75 http://www.etcgroup.org/upload/publication/pdf_file/ETComm108_GreedRevolution_120117.pdf
- 76 <http://ipsnews.net/africa/nota.asp?idnews=47298>
- 77 Declaração de intenções entre a Fundação de Bill e Melinda Gates e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD), fevereiro de 2012. Disponível aqui: http://www.ifad.org/media/press/2012/doc/gates_foundation.pdf
- 78 <http://www.gatesfoundation.org/speeches-commentary/pages/bill-gates-2012-ifad.aspx>
- 79 Ver declaração de intenções (Anexo) entre Fundação de Bill e Melinda Gates e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD), fevereiro de 2012. Disponível aqui: http://www.ifad.org/media/press/2012/doc/gates_foundation.pdf
- 80 <http://www.aatf-africa.org/wema/en/>
- 81 Swanby, Haidee. A Fundação Gates e a Cargill levando soja para a África, ACB, instruções nº20, 2010, p. 12, disponível aqui: <http://www.acbio.org.za/index.php/publications/rest-of-africa/330-soya-gates-foundation-a-cargill-paper>
- 82 Declaração de intenções entre a Fundação de Bill e Melinda Gates e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD), fevereiro de 2012. Disponível aqui: http://www.ifad.org/media/press/2012/doc/gates_foundation.pdf
- 83 <http://www.ifpri.org/blog/delivering-gm-crops-poor-farmers>
- 84 <http://www.ifpri.org/pressrelease/researchers-policy-makers-convene-conference-discuss-implications-gm-crops-smallholder-a>
- 85 <http://www.ifpri.org/sites/default/files/2010fs.pdf>
- 86 Swanby, Haidee. A Fundação Gates e a Cargill levando soja para a África, ACB, instruções nº20, 2010, p. 12, disponível aqui: <http://www.acbio.org.za/index.php/publications/rest-of-africa/330-soya-gates-foundation-a-cargill-paper>
- 87 <http://www.agassessment.org/index.cfm?Page=Overview&ItemID=3>
- 88 Carta a Fundação Bill e Melinda Gates patrocinada pelo Observatório AGRA/Aliança Comunitária para Justiça Global e Via Campesina América do Norte, 7 de Dezembro de 2010. Disponível aqui: <http://www.seattleglobaljustice.org/agra-watch/organizational-sign-on-letter/>

Referências

- 89 De Schutter, Olivier. “Agroecologia e o Direito à comida”, Relatório apresentado na 16ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU [A/HRC/16/49], 8 de março de 2011. Disponível aqui: http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308_a-hrc-16-49_agroecology_en.pdf
- 90 UNEP, release de imprensa de 12 de Julho de 2010, “Verde se torna comum: biodiversidade está no topo da agenda corporativa”, 5 páginas.
- 91 Esse tema é abordado por Isaac Rojas; Comunidades Locais, Indígenas e a Influência dos Interesses Privados na CDB, copiado, 2002, 8 páginas.
- 93 Bilderbeek, Simone; Direitos de Propriedade Intelectual, em “Política e Ciências da Vida”, Agosto de 1993.
- 94 “É amplamente reconhecido que o marco dos TRIPS foi desenvolvido pelas corporações transnacionais trabalhando através do Comitê de Propriedade Intelectual dos EUA, da Federação Japonesa de Organizações de Economia (Keindaren) e a Confederação Européia de empregados e sindicatos da indústria. As corporações transnacionais representadas neste grupo eram Bristol Meyers, Dupont, General Electric, General Motors, Monsanto, Pfizer, Rockwell e Warner”, Singh Nijar Gurdial; “Trips e Biodiversidade, o tratado e respostas: uma visão do terceiro mundo”, Third World Network, primeira edição, 1996, p. 9. In: Rojas, Isaac: Em Defesa da Biodiversidade: direitos comunitários e biodiversidade, in Espacios, Flacso, 1999.
- 95 <http://unfccc.int/resource/docs/2012/smsn/ngo/196.pdf>
- 96 Exemplos de Bravo, Elizabeth; CDB: conservação da biodiversidade ou mercado 3 de novembro de 2010, copiado, 10 páginas, Dezembro de 2010.
- 97 See <http://www.cbd.int/business/>
- 98 Toda a informação desta seção esta disponível aqui:// www.cbd.int/business/
- 99 O seguinte caso foi retirado de Iniciativas de Negócios e Biodiversidade. Documento de base para negócios de, 2010 Desafios da Biodiversidade, reunião em Londres, 20-21 de janeiro de 2005, 5 páginas.
- 100 www.theebi.org
- 101 www.riotinto.com
- 102 Quais são as mais controversas companhias de mineração? Da Alpha a Vedanta – a RepRiskList, Publicado em 02-04-2012. Fonte: UPI, declaração, Investimentos Europa, AP, Guardian, 22-03-2012.
- 103 <http://www.foei.org/en/resources/publications/pdfs/2011/erratum-to-the-shell-annual-report/view>
- 104 Ver publicações CDB, publicações técnicas, 15.
- 105 <http://www.unsgab.org/about.htm>
- 106 <http://blueplanetproject.net/resources/reports/UN-LarsenReport-Building-0511.pdf>
- 107 <http://blueplanetproject.net/resources/reports/UN-LarsenReport-Building-0511.pdf>
- 108 http://www.unsgab.org/news/docs/110307_onepager.pdf
- 109 http://www.aquafed.org/pdf/Payen_Istanbul_Session%205.1.1_Beyond%20Camdessus-Gurria_2009-03-18.pdf
- 110 http://www.aquafed.org/pdf/Payen_WWF5_Session4.4.2_Public%20&%20Private%20roles_2009-03-18.pdf
- 111 <http://ceowatermandate.org/>
- 112 <http://ceowatermandate.org/business-case/>
- 113 <http://info.babymilkaction.org/pressrelease/pressrelease29mar12>
- 114 <http://ceowatermandate.org/water-assessment-tools-methods/what-tools-are-available/wbcds-global-water-tool/>
- 115 <http://blueplanetproject.net/resources/reports/UN-LarsenReport-Building-0511.pdf>
- 116 <http://www.un.org/partnerships/>
- 117 http://www.unjiu.org/data/reports/2010/JIU.REP.2010.9_For%20Printing_17%20January%202011.pdf
- 118 http://www.un.org/partnerships/Docs/Partnership_Initiatives.pdf
- 119 http://www.polarisinstitute.org/farmers_vs_cocacola_in_water_wars
- 120 <http://www.unwater.org/>
- 121 <http://www.unwater.org/members.html>
- 122 <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001819/181993e.pdf>
- 123 <http://www.ecoconsult.ca/CV%20to%20date%2001-2010.pdf>

- 124 <http://www.ecoconsult.ca/accueil-en.htm>
- 125 <http://www.polarisinstitute.org/files/UNreport.pdf>
- 126 Ver Exemplo do Canadá:http://www.canadians.org/water/issues/right/Canada_RTW.html
<http://www.canadians.org/water/issues/right/Canada.html>
- 127 Financial Times, Um longo caminho e pouco sucesso, James Lamont e John Mason, 4 de setembro de 2002.
- 128 <http://www.wbcsd.org/about/members/members-list-region.aspx>
- 129 <http://www.wbcsd.org/Pages/EDocument/EDocumentDetails.aspx?ID=139&NoSearchContextKey=true>
- 130 http://www.aquafed.org/pdf/AquaFed_AntiPrivateCampaign_Press%20Release_Pc_EN_2011-05-19.pdf
- 131 <http://www.wbcsd.org/newsroom/brand-window-stories/stemmingthetide.aspx>
- 132 <http://www.tni.org/article/un-declares-water-and-sanitation-human-right>
- 133 <http://www.protos.be/water-in-the-world/water-mensenrecht>
- 134 <http://www.canadians.org/water/documents/RTW/righttowater-0611.pdf>
- 135 <http://basd2012.org/wp-content/themes/basd/img/pdf/BASD-Rio+20-AquaFedContribution.pdf>
- 136 Pacto Global da ONU, website: www.unglobalcompact.org/aboutthegc/ (accessed on 12/3/2012).
- 137 Pacto Global da ONU, website: www.unglobalcompact.org/ParticipantsAndStakeholders/index.html (accessed on 12/3/2012).
- 138 Debate entre Georg Kell e Bart Slob (2008) Pacto Global da ONU – Está o Pacto aumentando os padrões de responsabilidade das corporações? Corporações Éticas, maio de 2008.
- 139 Neil Gunningham, Auto-regulação ambiental, e a indústria química: acessando cuidado responsável, Law & Politics, vol. 17, n° 1 (janeiro de 1995).
- 140 Kenny Bruno, The Greenpeace book of greenwash, Washington DC: Greenpeace, 1992.
- 141 Críticas ao Pacto Global, Inspetores da ONU detonam o Pacto Global, 28/03/2011, <http://globalcompactcritics.blogspot.com/2011/03/un-inspectors-blast-un-global-compact.html> (accessed on 14/3/2012).
- 142 Pacto Global da ONU, website: www.unglobalcompact.org/COP/communicating_progress/cop_policy.html (accessed on 15/3/2012).
- 143 Pacto Global da ONU, website: www.unglobalcompact.org/news/188-02-09-2012 (accessed on 15/3/2012).
- 144 Aaron Bernstein, Incorporando trabalho e risco aos direitos humanos nas decisões sobre investimentos, in Capital Matters, n°2, setembro de 2008, www.law.harvard.edu/programs/lwp/pensions/publications/occpapers/occasional_paper2.pdf (accessed on 15/3/2012).
- 145 Pacto Global da ONU, website: www.unglobalcompact.org/aboutthegc/IntegrityMeasures/index.html (accessed on 15/3/2012).
- 146 <http://info.babymilkaction.org/pressrelease/pressrelease29mar12>
- 147 Ibid.
- 148 http://unglobalcompact.org/docs/news_events/9.1_news_archives/2011_11_1/UNGC_Rio+20_Submission.pdf
- 149 <http://csf.compact4rio.org/events/rio-20-corporate-sustainability-forum/event-summary-251b87a2deaa4e56a3e00ca1d66e5bfd.aspx>
- 150 http://www.aise.eu/infoday2011/downloads/06_GarretteClark.pdf?PHPSESSID=e4e2fff9ce13805940f3b198d959aeb4
- 151 <http://www.unep.fr/scp/business/dialogue/2011/index.htm>
- 152 <http://www.un.org/wcm/content/site/sustainableenergyforall/home/members/Moody-Stuart>
- 153 ESG Insider, PetroChina enfrentando maíos desinvestimento após o Sudão, Mianmar e operações no Iraque, 29/2/2012, <http://www.esginsider.com/?p=409> (accessed on 14/3/2012).

Autores e Colaboradores

Introdução

Escrito por: Paul de Clerck, Natacha Cingotti e Lúcia Ortiz

Editado por: Helen Burley

Colaboradores: Niccolo Sarno e Maarten Van den Berg

Pacto Global

Título: O Pacto Global – ligado por cordas muito finas

Escrito por: Bart Slob da Ethics at Work

Editado por: Helen Burley

Colaboradores: Nina Ascoly, Paul de Clerck, Natacha Cingotti e Lúcia Ortiz

CDB

Título: Influência corporativa na convenção de diversidade biológica: biodiversidade à venda

Escrito por: Isaac Rojas, COECO/Amigos da Terra Costa Rica

Editado por: Helen Burley

Colaboradores: Paul de Clerck, Natacha Cingotti e Lúcia Ortiz

IFAD

Título: Fundação Gates e a ONU: promovendo os interesses das empresas em nome do combate a pobreza alimentar

Escrito por: Martin Drago, REDES/Amigos da Terra Uruguai

Editado por: Helen Burley

Colaboradores: Paul de Clerck, Natacha Cingotti e Lúcia Ortiz

Economia Verde

Título: Esverdeando a economia global

Escrito por: Olivier Hoedeman, Observatório Corporativo Europeu

Editado por: Helen Burley

Colaboradores: Paul de Clerck, Natacha Cingotti e Lúcia Ortiz

SE4ALL

Título: Energia Sustentável para Todos – enfrentando a pobreza em energia global ou promovendo o greenwash?

Escrito por: Sarah-Jane Clifton, Amigos da Terra Inglaterra, Gales e Irlanda do Norte

Editado por: Helen Burley

Colaboradores: Paul de Clerck, Natacha Cingotti, Pascoe Sabido e Lúcia Ortiz

Agradecimento especial a: Pascoe Sabido (Amigos da Terra Inglaterra, Gales e Irlanda do Norte) e Rachel Smolker (Biofuelwatch)

Política para Água

Título: Direitos Universais por água abaixo: influência das empresas na política para água da ONU

Escrito por: Anil Naidoo, Conselho de Canadenses

Editado por: Helen Burley

Colaboradores: Paul de Clerck, Natacha Cingotti e Lúcia Ortiz

Imagem de Capa Paulina Veloso

Design por Boutique Books

www.foei.org



**Amigos
da Terra**
Internacional